



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONTRATO Nº 33/2022

CONTRATO Nº 33/2022/TRE-RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. 0002270-66.2022.6.22.8000

PREGÃO ELETRÔNICO N. 44/2022/TRE-RO

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA F F AZZI PARANHOS COMERCIAL EIRELI, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO E LOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO, PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS DO TRE-RO.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG ***.893-SSP/RO e CPF ***.106.849-**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **F F AZZI PARANHOS COMERCIAL EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n. 02.134.947/0001-10, com sede na Avenida Getúlio Vargas, n. 3730, Bairro Liberdade, CEP: 76.803-894, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, Telefone(s): (69) 3221-7218 e 99284-1950, E-mail(s): victoriaeventos2016@gmail.com, neste ato representada pela senhora **FABIOLA FRANÇA AZZI PARANHOS**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG n. ***.633/SSP-RO e CPF n. ***.233.652-**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade com: o Edital de Licitação respectivo e seus Anexos; o Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho n. 1331/2022-PRES/DG/GABDG, de 13/10/2022 (evento [0917863](#)); e o Termo de Homologação da Licitação constante no Despacho n. 1476/2022-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PRES/DG/GABDG, de 25/11/2022 (evento [0941505](#)), bem como nas demais normas indicadas na Cláusula “DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL” deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA O presente Contrato tem por objeto o fornecimento, sob demanda, de serviço de alimentação, consistente em lanche simples, *coffee break* e coquetel, itens de lanche *light* e *Petit four*, com disponibilização de garçons, bem como serviço de locação de mobiliário, para atendimento a eventos institucionais, consistentes em solenidades, seminários, palestras, conferências, treinamentos, cursos e outros eventos correlatos, de acordo com as especificações, exigências e prazos constantes no Edital de Pregão Eletrônico e seu Anexo - Termo de Referência, conforme a seguir resumido:

LOTE 01		
SERVIÇO DE LANCHE SIMPLES, COFFEE BREAK, COQUETEL E ITENS ESPECIAIS		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Lanche simples	600 serviços
02	<i>Coffee Break</i>	100 serviços
03	Coquetel	350 serviços
04	Lanche <i>light</i> - sem glúten e sem lactose	30 Kg
05	<i>Petit Four</i> doce	30 Kg
06	Garçons (garçonetes)	18 diárias
07	Cento de salgados	100 centos

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	diversos	
08	Bolos (sabores diversos)	30 Kg
09	Mingau de milho (tipo mugunzá ou canjica)	30 Kg
10	Mingau de banana da terra e tapioca	30 Kg
11	Sucos naturais (sabores diversos)	150 litros
12	Refrigerantes (sabores diversos)	80 unidades
13	Açaí cremoso (com acompanhamentos: granola, leite condensado)	30 kg

LOTE 02 LOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Mesa retangular de madeira aglomerada, com revestimento em mdf laminado (cor amadeirado), medindo 1,40m x 2,20m (largura x comprimento)	3 unidades
02	Mesa quadrada de madeira	3 unidades



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	aglomerada, com revestimento em mdf laminado (cor amadeirado), medindo 2,0m x 2,0m (largura x comprimento)	
03	Mesa redonda com diâmetro de 1,6m, em revestimento de madeira aglomerada ou mdf laminado	3 unidades
04	Cadeiras tipo tiffany	150 unidades
05	Tapete decorativo medindo 3m x 4m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim, cinza ou bege, com base anti-derrapante	2 unidades
06	Tapete decorativo medindo 3m x 2,5m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim, cinza ou bege, com base anti-derrapante	2 unidades



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira – As quantidades acima informadas são estimadas, não obrigando o CONTRATANTE a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência do Contrato.

Subcláusula Segunda – Os itens 7 a 13 (Lote 01) dispensam a exigência de pessoal de apoio, bastando a entrega no local informado pelo Cerimonial do TRE-RO.

Subcláusula Terceira – Os móveis colocados à disposição do CONTRATANTE deverão estar em bom estado de conservação e manutenção (sem arranhões visíveis, estofamento manchado furado ou rasgado, marcas de ferrugem ou revestimentos desgastados ou qualquer outro defeito que apresente aparência desagradável ou coloque em risco a segurança dos usuários).

Subcláusula Quarta – Os materiais e os serviços serão entregues e prestados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia na Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa da União, em Porto Velho/RO, ou em outro local, previamente informado à CONTRATADA, localizado dentro do perímetro urbano do município de Porto Velho/RO.

Subcláusula Quinta – Por meio deste instrumento contratual, a CONTRATADA ratifica que possui e que manterá uma estrutura física própria de cozinha compatível com o cumprimento do objeto deste instrumento e que atende e que atenderá todos os quesitos listados no Anexo III do Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Sexta – A partir da assinatura deste instrumento, a CONTRATADA se compromete a cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental indicados no item 5 do Termo de Referência.

Subcláusula Sétima – Não será permitida a subcontratação, no todo ou em parte, dos itens integrantes do objeto desta contratação.

Subcláusula Oitava - Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência (TR) respectivo, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame, assim como seus anexos e documentações técnicas.

DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA - Para a aceitação do objeto deste instrumento deverão ser observadas as seguintes condições:

1. Pelo termo “serviços” deve ser entendido como o conjunto de itens de alimentação (doces, salgados, canapés, mini porções, sucos, refrigerantes etc.) que compõem os itens de lanche simples, *coffee break* e coquetel, com respectivo material e pessoal de apoio, observadas as quantidades mínimas, *per capita*, definidas no cardápio (vide Anexo II do TR, coluna: Quantidade MÍNIMA a ser fornecida para cada participante). Assim, se tivermos um evento para 100 participantes, teremos 100 serviços de lanche simples, ou de *coffee break*, ou de coquetel, de acordo com o tipo de evento.
2. Os alimentos relacionados nos itens 04 e 05 (Lote 01), lanche *light e petit four* poderão ser adquiridos individualmente, quando identificada a necessidade destes para atender situação específica.
3. Quanto ao serviço de garçons, item 06 (Lote 01), foram estimados 18 serviços que poderão ou não ser utilizados ao longo do contrato. O serviço deverá ser executado por profissional capacitado e com experiência na atividade de garçom (garçonete), devidamente uniformizado (a) e qualificado (a) para realizar todo o correspondente à função respectiva, com experiência em evento e no trato com autoridades.
4. No que diz respeito ao Lote 2 (locação de mobiliário) poderão ou não ser utilizados os itens especificados. Esclarecemos que, em geral, as solenidades de posse e outorga de medalhas do mérito eleitoral suscitarão estes serviços (em média quatro ao ano).
5. Para o lanche simples, *coffee break* e coquetel exigir-se-á material de apoio consistente em: louças de vidro, porcelana, talheres, taças e copos de vidro, tudo em perfeito estado de conservação.
6. Para o evento do tipo coquetel exigir-se-á que as bandejas e demais utensílios para disposição dos alimentos apresentem-se em tamanhos, formatos e características variados (porcelana, vidro, ratan, metais, madeira dentre outros).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7. Para os itens 7 a 13 (Lote 1) fica autorizada a utilização de descartáveis, previamente aprovados pelo CONTRATANTE; os alimentos devem ser preparados no dia da entrega, apresentar boa qualidade, aparência, cor, textura e sabor característicos. Os produtos deverão ser entregues aos fiscais do contrato em embalagens apropriadas à especificidade de cada item, a fim de que não se danifiquem durante o transporte até as dependências do Tribunal ou outro local designado pelo CONTRATANTE.

DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA - Para o fornecimento do objeto deste instrumento deverão ser atendidas as seguintes condições:

1. A CONTRATADA deverá estar com toda a estrutura montada e itens disponibilizados com antecedência mínima de 02 (duas) horas do horário agendado para a prestação do serviço;
2. Os dias e horários em que deverão ser executados os serviços serão comunicados pelo Cerimonial, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data do evento;
3. Todos os cardápios do evento, elaborados pela CONTRATADA, montados de acordo com as opções e medidas constantes de cada tipo de serviço, deverão ser encaminhados ao Cerimonial com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento;
4. A Comissão de Cerimonial deverá aprovar o cardápio com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento, com prazo hábil para confecção dos alimentos;
5. As opções de toalhas de mesa deverão ser submetidas à Comissão de Cerimonial, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do evento, que decidirá, dentre as opções ofertadas, a que melhor se adeque;
6. A CONTRATADA será responsável pela montagem, arrumação das mesas, disposição e reposição dos itens do serviço, bem como, após sua finalização, pela desmontagem e retirada dos materiais, utilizando-se de mão de obra própria.
7. A CONTRATADA não estará obrigada a fornecer serviço para evento com público inferior a 20 (vinte) participantes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8. A CONTRATADA deverá fornecer o material de apoio devidamente discriminado no Termo de Referência e neste instrumento, necessários à realização do serviço.
9. A CONTRATADA deverá disponibilizar o número de garçons solicitados pelo CONTRATANTE para o evento indicado, devendo estes se apresentarem no local do evento com 1 (uma) hora de antecedência.
10. Os itens descritos no Lote 2, quando necessários, serão informados à CONTRATADA, que deverá fornecê-los nas quantidades e modelos solicitados e realizar a entrega no local do evento.
11. Os produtos solicitados serão acondicionados em embalagens e/ou recipientes limpos e apropriados (alumínio, cartonado, isopor ou caixas de polietileno).
12. As caixas para o transporte dos produtos deverão ser térmicas nos casos em que os gêneros requisitados necessitem de ambiente apropriado para conservação.
13. Os entregadores e pessoal de apoio da CONTRATADA deverão estar vestidos adequadamente, com roupas limpas, sapatos ou tênis fechados e devidamente identificados.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

(Artigo 55, IV, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – Para execução do presente Contrato, deverão ser observados os prazos de execução e os critérios de aceitação do objeto a seguir descritos:

- I - Após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO, a contratada deverá executar o objeto nos prazos e condições estabelecidos neste instrumento. Para cada solicitação de serviço será emitida uma ORDEM DE SERVIÇO específica;
- II – Prestados os serviços em cada evento, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal específica desses serviços ao gestor do contrato, o qual emitirá o Termo de Recebimento, após a análise qualitativa e quantitativa dos materiais entregues e dos serviços prestados que consistirá na verificação dos materiais e serviços conforme especificações constantes no TR e neste instrumento e encaminhada a nota fiscal para a unidade de pagamento;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – No caso de eventual inconsistência, omissões ou erros na entrega dos materiais ou prestação de serviços, o gestor do contrato emitirá um Termo de Avaliação que especificará de forma detalhada as inconsistências e prejuízos causados, no qual já indicará os eventuais valores a serem glosados da fatura;

IV – Serão recusados e devolvidos, de plano, os produtos em claro desacordo com especificações estabelecidas no Termo de Referência e neste instrumento.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Art. 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, tipo menor preço por lote.

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, caput e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA - Este Contrato terá sua vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura no Sistema Eletrônico da Informação – SEI do TRE-RO, não podendo ser prorrogada.

DO VALOR

(Art. 55, III e V, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – O valor total estimado deste Contrato é de **R\$ 172.916,00** (cento e setenta e dois mil novecentos e dezesseis reais), conforme proposta da CONTRATADA e a seguir demonstrado:

I) LOTE 01 - SERVIÇO DE LANCHE SIMPLES, COFFEE BREAK, COQUETEL e ITENS ESPECIAIS:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
------	-----------	------------------------	-------------------------------	----------------------------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

			R\$	POR ITEM R\$
01	Lanche simples	600 serviços	81,84	49.104,00
02	<i>Coffee Break</i>	100 serviços	114,20	11.420,00
03	Coquetel	350 serviços	180,00	63.000,00
04	Lanche <i>light</i> - sem glúten e sem lactose	30 Kg	135,00	4.050,00
05	<i>Petit Four</i> doce	30 Kg	80,00	2.400,00
06	Garçons (garçonetes)	18 diárias	200,00	3.600,00
07	Cento de salgados diversos	100 centos	75,00	7.500,00
08	Bolos (sabores diversos)	30 Kg	48,00	1.440,00
09	Mingau de milho (tipo mugunzá ou canjica)	30 Kg	72,20	2.166,00
10	Mingau de banana da terra e tapioca	30 Kg	75,00	2.250,00
11	Sucos naturais (sabores diversos)	150 litros	20,00	3.000,00
12	Refrigerantes (sabores diversos)	80 unidades	15,00	1.200,00
13	Açaí cremoso (com acompanhamentos: granola, leite condensado)	30 kg	70,00	2.100,00
TOTAL ESTIMADO DO LOTE 01				153.230,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II) LOTE 02 - LOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO POR ITEM R\$
01	Mesa retangular de madeira aglomerada , com revestimento em mdf laminado (cor amadeirado), medindo 1,40m x 2,20m (largura x comprimento)	3 unidades	1.281,00	3.843,00
02	Mesa quadrada de madeira aglomerada, com revestimento em mdf laminado (cor amadeirado), medindo 2,0m x 2,0m (largura x comprimento)	3 unidades	1.281,00	3.843,00
03	Mesa redonda com diâmetro de 1,6m, em revestimento de madeira aglomerada ou mdf laminado	3 unidades	1.250,00	3.750,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04	Cadeiras tipo tiffany	150 unidades	39,00	5.850,00
05	Tapete decorativo medindo 3m x 4m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim, cinza ou bege, com base antiderrapante	2 unidades	600,00	1.200,00
06	Tapete decorativo medindo 3m x 2,5m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim, cinza ou bege, com base antiderrapante	2 unidades	600,00	1.200,00
TOTAL ESTIMADO TOTAL DO LOTE 02			19.686,00	
TOTAL ESTIMADO DESTA CONTRATAÇÃO (LOTE 01 + LOTE 02)			172.916,00	

Subcláusula Primeira - A quantidade acima informada é estimada, não obrigando o CONTRATANTE a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência deste instrumento.

Subcláusula Segunda – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos, materiais/componentes de menor custo, despesas administrativas, lucro, etc., conforme proposta da CONTRATADA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira – As condições quanto à eventuais: reajuste, repactuação, reequilíbrio, revisão e à outras eventuais alterações constam detalhadas na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

Subcláusula Quarta - As despesas com a execução do presente instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, com Programa de Trabalho n. 0100000000 e Natureza da Despesa n. 33.90.39, conforme Nota de Empenho n. 2022NE000795, de 30/11/2022, a ser reforçada durante a execução contratual, caso necessário, e consoante detalhamento abaixo:

Tipo de orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno
Orçamento ordinário	Organização, ornamentação e buffet para eventos em geral	ADM EVENTO

DO PAGAMENTO

(Art. 55, III, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA OITAVA - O pagamento do objeto do presente Contrato será efetuado após cada prestação de serviço, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do aceite definitivo do serviço e ateste da Fatura/Nota Fiscal pelo gestor desta contratação, aplicadas as retenções legais, na forma da legislação de regência.

1. Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade fiscal perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à Justiça do Trabalho (CNDT).

2. Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal ou nos demais documentos apresentados, ou havendo, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos serão devolvidos à contratada e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras notificadas pelo CONTRATANTE, no prazo estabelecido. Nesta hipótese, o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

3. Verificada a irregular situação fiscal da CONTRATADA, incluindo a seguridade social, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para regularizar sua situação, dando-lhe o prazo que entender necessário para a regularização, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade apresentada.

4. Caso a CONTRATADA não regularize a situação fiscal para o momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012)

5. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6. O pagamento, quando eventualmente houver reajuste, repactuação, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido.

7. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

8. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

10. A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – A gestão e a fiscalização desta contratação serão realizadas pela Presidente da Comissão de Cerimonial do TRE-RO (podendo ser substituída por um dos demais integrantes da Comissão, a ser indicado por essa), a qual compete observar as normas impostas pela Lei 8666/93 e Instrução Normativa 04/2008/TRE-RO.

Subcláusula única - A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Art. 55, VII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – Obriga-se o CONTRATANTE a:

1. Cumprir e fazer cumprir todos os preços, prazos, quantidades e condições estabelecidos neste instrumento e no Termo de Referência.
2. Expedir ordens de serviço para autorização dos serviços pela CONTRATADA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Receber os fornecimentos e materiais nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência.
4. Glosar parte dos pagamentos em razão do atendimento parcial da quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência.
5. Recusar e devolver, de plano, os produtos em claro desacordo com especificações estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência.
6. Promover o acompanhamento e a fiscalização Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.
7. Efetuar o pagamento, nos termos pactuados.
8. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.
9. Controlar a execução financeira desta contratação dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos.
10. Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato.
11. Cumprir as demais obrigações consignadas no instrumento contratual.
12. Não permitir a transferência, nem a sublocação nem a subcontratação, no todo ou em parte dos itens objeto.
13. Exercer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Art. 55, VII e XIII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Obriga-se a CONTRATADA a:

1. A CONTRATADA deverá estar com toda a estrutura montada e itens disponibilizados com antecedência mínima de 02 (duas) horas do horário agendado para a prestação do serviço.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Os dias e os horários em que deverão ser executados os serviços serão comunicados pelo Cerimonial, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data do evento.
3. Todos os cardápios do evento, elaborados pela CONTRATADA, montados de acordo com as opções e medidas constantes de cada tipo de serviço, deverão ser encaminhados ao Cerimonial com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento.
4. O Cerimonial deverá aprovar o cardápio com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento, com prazo hábil para confecção dos produtos.
5. As opções de toalhas de mesa deverão ser submetidas ao Cerimonial, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do evento, que decidirá, dentre as opções ofertadas, a que melhor se adequa.
6. Quando necessário, a contratada será responsável pela montagem, arrumação das mesas, disposição e reposição dos itens do serviço, bem como, após sua finalização, pela desmontagem e retirada dos materiais, utilizando-se de mão de obra própria.
7. A CONTRATADA não estará obrigada a fornecer serviço para evento com público inferior a 20 (vinte) participantes.
8. A CONTRATADA deverá disponibilizar o número de garçons solicitados pela contratante para o evento indicado, devendo estes se apresentarem no local do evento com uma hora de antecedência.
9. Os itens descritos no Lote 2, quando necessários, serão informados à CONTRATADA, que deverá fornecê-los nas quantidades e modelos solicitados e realizar a entrega no local do evento.
10. Os produtos solicitados serão acondicionados em embalagens e/ou recipientes limpos e apropriados (alumínio, cartonado, isopor ou caixas de polietileno).
11. As caixas para o transporte dos produtos deverão ser térmicas nos casos em que os gêneros requisitados necessitem de ambiente apropriado para conservação.
12. Os entregadores e pessoal de apoio da CONTRATADA deverão estar vestidos adequadamente, com roupas limpas, sapatos ou tênis fechados e devidamente identificados.
13. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto desta contratação, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

14. Sanar, no menor tempo possível e sempre antes da realização de cada evento, as inconsistências comunicadas pela Comissão de Cerimonial em relação à proposta de cardápio apresentada;

15. Substituir às suas expensas, no menor tempo possível e sempre antes da realização de cada evento, os itens comunicados pela Comissão de Cerimonial em desacordo com as especificações neste instrumento e no Termo de Referência;

16. Apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a Nota Fiscal específica dos serviços solicitados pelo gestor do contrato e prestados nas condições e prazos estabelecidos neste instrumento e no Termo de Referência;

17. Manter-se durante toda a execução do contrato e apresentar no momento do pagamento, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

18. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;

19. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser alegado, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

20. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do contrato que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas ao acordo entre as partes;

21. Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE-RO, na vigência do contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

22. Cumprir todas as demais regras e condições estabelecidas por este termo, pelo edital, pelo contrato, como também todas as obrigações legais e regulamentares aplicadas à execução dos serviços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Contrato e em seus anexos, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas na Lei 8.666/93 e neste instrumento, conforme segue:

1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, conforme a seguir:

a) Atraso injustificado do prazo de 48 (quarentas e oito) horas de antecedência mínima da data do evento para encaminhar à Comissão de Cerimonial os cardápios do evento, elaborados pela contratada e montado de acordo com as opções e medidas constantes de cada tipo de serviço definido neste instrumento: Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato para cada 12 (doze) horas de atraso, limitado a 48 (quarenta e oito) horas;

a1) Atraso injustificado da obrigação referida na alínea “a”, superior a 48 (quarenta e oito): Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, podendo caracterizar, ainda, a inexecução parcial do contrato.

b) Atraso injustificado da obrigação de montar toda a estrutura e disponibilizar todos os itens de alimentação e apoio com antecedência mínima de 02 (duas) horas do horário agendado para a prestação dos serviços. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato;

b1) Descumprimento injustificado da obrigação de montar toda a estrutura e disponibilizar todos os itens até o início do horário agendado para a prestação do serviço: Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, podendo caracterizar, ainda, a inexecução parcial do contrato.

c) Atraso no cumprimento injustificado dos demais prazos e obrigações previstos neste instrumento e no contrato: Multa de 0,5% (meio por cento) ao dia até o limite de 20 (vinte) dias, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

I - advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas, tendo como teto o valor total estimado do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;

III - suspensão temporária para participação em licitações com a administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior.

3. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo e do artigo 49 do Decreto 10.024/2019, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 5 (cinco) anos e, sendo o caso, será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a CONTRATADA que:

- a) Quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar o contrato ou não apresentar situação regular, nos termos do edital;
- b) Deixar de entregar documentação exigida no edital;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Não mantiver a proposta;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Fizer declaração falsa; e
- g) Cometer fraude fiscal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

5. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

6. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no termo de referência, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

7. O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015-Plenário).

8. O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

9. Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

10. Se o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

12. No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

13. Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

14. Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

15. As multas e demais sanções previstas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros.

16. As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

17. A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

18. O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, bem como as regras contidas na Lei nº 8.666/1993 e na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou qualquer normativo que venha a substituí-las, sendo que, da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Art. 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

I – Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nestes autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Art. 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável às requisições já efetuadas e aos serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sétima - Não há previsão de reajuste de preços para esta contratação, em nenhuma das modalidades, sendo que os preços dos serviços serão fixos e irrevogáveis no período de 12 (doze) meses.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - Os dados digitais envolvidos na presente contratação e suas aplicações estão sujeitos ao cumprimento da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como às suas atualizações e regulamentações.

A. Todas as partes envolvidas direta ou indiretamente nesta contratação, seus conselheiros, sócios, diretores, prepostos, funcionários, representados ou terceiros contratados, em comunhão de esforços, se comprometerão a prestar e tomar os serviços ora contratados de acordo com a LGPD.

B. As partes em questão, na qualidade de Agentes de Tratamento, adotarão todas as medidas necessárias para que as operações realizadas durante a prestação dos serviços contratados respeitem as diretrizes estipuladas pela LGPD, bem como os seus seguintes princípios: da finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; responsabilização; e, prestação de contas.

C. Será assegurado aos titulares dos dados pessoais que, em decorrência do contrato ora instrumentalizado, tenham seus dados tratados pelas partes contratantes, os seguintes direitos:

1. Confirmação da existência do tratamento e acesso aos Dados Pessoais;
2. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
3. Portabilidade dos seus dados pessoais a outro prestador de serviços ou produtos;
4. Eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses de guarda para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e,
5. A revogação do consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

D. No intuito de garantir ao titular os direitos referidos acima, as Partes se comprometem a:

1. Manter total discrição e sigilo relativos às informações uma da outra recebidas e produzidas no decorrer da execução dos serviços ora contratados, comprometendo-se a não as divulgar, nem as fornecer a terceiros que não estejam descritos neste Contrato ou em seus anexos;
2. Tratar os dados pessoais dos titulares de acordo com os termos previstos na legislação, comprometendo-se a recolher, registrar, organizar, consultar ou transmitir tais dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento expresso e inequívoco;
3. Tratar os dados pessoais de modo compatível com as finalidades para as quais tais dados tenham sido fornecidos;
4. Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à execução dos serviços contratados e/ou para atingir a finalidade pretendida, garantindo-se ao seu titular a respectiva confidencialidade;
5. Implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;
6. Em caso de quebra ou suspeita de quebra de segurança que venha a expor, ou poder expor, ilicitamente os dados pessoais tratados, as Partes deverão imprimir seus melhores esforços para tomar todas as medidas cabíveis para investigar e resolver o ocorrido;
7. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados pessoais, dos seus respectivos direitos;
8. Assegurar que os seus respectivos colaboradores ou os seus prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.

II. Ficam ambas as partes sujeitas às legislações vigentes na data da assinatura deste Contrato, bem como em caso de atualizações futuras;

III. Se, em decorrência de uma ordem judicial ou administrativa emanada por Autoridade Competente, qualquer uma das Partes for obrigada a fornecer quaisquer dados pessoais transmitidos pela contraparte, o respectivo Controlador deverá ser notificado a respeito dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

IV. As Partes comprometem-se por si, seus sócios, colaboradores e prestadores de serviços a adotar todas as medidas necessárias para garantir



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que os dados pessoais transmitidos pelo respectivo Controlador não sejam utilizados indevidamente, tampouco sejam alvo de apropriação indébita, roubo ou divulgação a pessoas não autorizadas, de forma que tais medidas devem garantir no mínimo:

1. A destruição dos dados pessoais transmitidos a pedido do Controlador e/ou do respectivo titular;
2. A destruição de todo dado pessoal e/ou informação excedente para as finalidades pretendidas, desatualizada ou errônea;
3. Registro atualizado do tratamento dos dados pessoais transmitidos pelo Controlador;
4. Registro acerca de qualquer situação que possa vir a pôr em risco os dados pessoais objeto de tratamento, o qual deverá ser apresentado ao respectivo Controlador em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
5. A transferência definitiva dos dados objeto de tratamento, por parte do Controlador, para repositório de sua exclusiva escolha, sem a elaboração de qualquer tipo de cópia ou backup.

V. As Partes assumem a responsabilidade de assegurar e garantir ao respectivo Controlador que todos os seus funcionários e/ou prestadores de serviços que irão ou poderão ter acesso aos dados pessoais transmitidos pelo Controlador têm a obrigação formalizada documentalmente de não tratar tais dados em desacordo com as disposições constantes neste instrumento, garantindo-se ao Controlador o seu pleno e fiel cumprimento.

VI. Caso qualquer uma das Partes, sem incorrer em culpa, venha a ser responsabilizada judicial ou administrativamente por eventuais falhas no tratamento dos dados pessoais realizado pela contraparte, lhe será assegurado o direito de regresso por conta dos prejuízos que experimentar, sendo possível ainda buscar indenização suplementar perante o Poder Judiciário.

VII. Os responsáveis diretos pela segurança dos dados disposta nesta Cláusula, serão:

1. Pela CONTRATADA, o signatário deste contrato, o qual poderá ser futuramente alterado; e
2. Pelo CONTRATANTE, o servidor designado pela Administração do TRE-RO.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – À execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e seus Anexos, nas Leis 8.666/1993, 10.520/2002 e 13.709/2018, nos Decretos Federais 9507/2018, 10.024/2019, na Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, na Resolução TSE 23.702/2022, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, assim como nas demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

Subcláusula única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste instrumento contratual ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA


Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 01 de dezembro de 2022.

<p>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</p> <p>Pelo CONTRATANT E</p>	<p>FABIOLA FRANÇA AZZI PARANHOS</p> <p>Pela CONTRATADA</p>
<p>Aldací Souza Mota</p> <p>CPF: ***.504.772-**</p> <p>Testemunha</p>	<p>Luciano da Silva Santos Braga</p> <p>CPF: ***.43134.482-** </p> <p>TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br</p> <p>PROCESSO: 0002270-66.2022.6.22.8000</p> <p>INTERESSADO: Comissão de Cerimonial do TRE-RO</p> <p>ASSUNTO: Definição da modalidade de licitação e análise do Termo de Referência – Contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação e locação de mobiliário para atender demandas de eventos institucionais - Análise.</p> <p>PARECER JURÍDICO Nº 205 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC</p> <p>I - RELATÓRIO</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>01. Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Presidente da Comissão de Cerimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação e locação de mobiliário para atender demandas de eventos institucionais (0874023).</p> <p>02. Veio ao processo a Solicitação de Contratação n. 5 (0874024), autorizada pelo Despacho 1921/2022 (0874059), com autorização para elaboração de ETP, Informação conclusiva do valor estimado e TR. Assim, foram juntados ao processo:</p> <p>a) ETP n. 3/2022 para pregão eletrônico (0906832), documento que registra, entre outros elementos, a seguinte justificativa:</p> <p>A contratação visa garantir o fornecimento, no período de 12 (doze) meses, dos itens de alimentação e locação de mobiliário necessários ao atendimento dos eventos institucionais a serem promovidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que estão direta e concretamente vinculados aos objetivos institucionais deste Tribunal, respeitando-se os princípios da razoabilidade, moralidade e economicidade.</p> <p>b) diversos documentos comprobatórios da cotação de preços realizada pela própria unidade demandante, estando as cotações obtidas juntadas nos eventos 0906849, 0906852, 0906855, 0906861 e 0909720, os quais lastrearam a informação conclusiva do valor estimado da licitação de R\$ 185.452,50 (cento e oitenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos) - 0909739;</p> <p>c) e-mails enviados pela Comissão de Cerimonial às empresas que participaram da cotação de preços, informando sobre a necessidade da redução dos quantitativos dos lotes 1 e 2, razão pela qual foi indagado se as empresas manteriam os mesmos preços e condições (0906884, 0906885 e 0906888);</p> <p>d) e-mails com as respostas à solicitação da comissão demandante, nos quais as empresas informaram que manterão os preços e condições da</p>
--	---



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cotação ([0906889](#), [0907068](#), [0907107](#) e [0907108](#));

e) livro de contratações - 2022 ([0910603](#)).

03. Em seguida, concluída a primeira versão do TR ([0909991](#)), por meio do Despacho 2652/2022 ([0910588](#)) o titular da SAOFC determinou sua regular tramitação, com remessa à SAC, para análise do ETP, Projeto Básico e seus anexos e da Informação Conclusiva do Valor Estimado, após, à COFC, para programação orçamentária da despesa, utilizando, como complementação orçamentária, recursos destinados à manutenção predial, procedendo os ajustes necessários quando da disponibilização do orçamento 2023 e, após, a esta unidade jurídica.

04. Por sua vez, o Coordenador da COFC registrou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual, o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro (LC nº 101/2000, art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo artigo), com a previsão de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais) para o ano de 2022 ([0911162](#)).

Na Informação n. 346/2022 ([0911168](#)) o Coordenador da COFC informou o valor de **R\$ 180.452,50** (cento e oitenta mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos) previsto na PLOA 2023, oportunidade em que registrou:

Processo de contratação com previsão de execução orçamentária no exercício vindouro, conforme TR/PB supra referenciado.

Trata-se de contratação com previsão de execução de despesas no exercício financeiro de 2023 para o qual **não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro**, dos valores a serem executados em 2023, por **depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2023** e da abertura do exercício 2023 com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA 2023, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME.

A proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2023 tramita no processo nº [0000150-50.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto dessa contratação.

Registra-se, ainda, que para alcançar o montante de R\$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

180.452,50 para custear essa contratação, será necessário realizar ajuste no planejamento orçamentário do Tribunal num total de R\$ 66.095,50, conforme previamente autorizado pela SAOFC ([0910588](#)), tendo por fonte as disponibilidades para *manutenção predial sob demanda*, que conta com previsão de R\$ 800.000,00 na proposta de orçamento de 2023.

05. A Seção de Apoio às Contratações - SAC, detectou a necessidade de adequações no TR, conforme registrado na solicitação de diligência que consta do evento [0913241](#). Finalizados os ajustes para atendimento das solicitações da SAC, a comissão demandante trouxe ao processo o novo **Termo de Referência n. 02/2022- PRES/DG/CERIMONIAL ([0914483](#))**.

06. Por fim, a Seção de Apoio às Contratações - SAC, após análise formal, verificou que o TR citado, complementado pelas pesquisas de preços e demais elementos juntados ao processo, encontra-se em consonância com as normas gerais aplicáveis ([0915125](#)).

07. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta unidade Jurídica. **É o breve e necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

08. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (0002270-66.2022.6.22.8000) até a presente data.

09. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022 - e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos - é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO.

10. O presente parecer se restringirá aos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, o que compreende também eventuais quantitativos e estimativas que nele possam ter sido juntadas, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

11. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

12. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

III - ANÁLISE JURÍDICA

3.1. Do objeto e da adoção da modalidade do Pregão eletrônico

13. Os requisitos a serem observados na fase preparatória da licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica foram estabelecidos no art. 3º da Lei n. 10.520/2002 c/c no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19.

14. Em vista do que disciplinam os referidos artigos, a aprovação dos Termos de Referência é de competência exclusiva da Autoridade competente, de acordo com inciso II, do artigo 14 do Decreto n. 10.024/2019. Cabendo então às Assessorias Jurídicas da Administração o exame e aprovação das minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes, consoante parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93.

15. Porém, pelo comando do artigo 11 da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, forçosa a análise do Termo de Referência n. 02/2022-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CERIMONIAL ([0914483](#)), por esta Assessoria Jurídica, não obstante a análise de conformidade realizada pela SAC ([0915125](#)).

16. De acordo com o referido **art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19**, na definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, são vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame, condição necessária para aferição da licitude da competição.

17. Quanto a esse requisito, a unidade demandante registrou nas justificativas que integram o TR, entre outras, que são (...) *itens de alimentação e locação de mobiliário necessários ao atendimento dos eventos institucionais a serem promovidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que estão direta e concretamente vinculados aos objetivos institucionais deste Tribunal, respeitando-se os princípios da razoabilidade, moralidade e economicidade (...).*

18. Quanto à definição da modalidade de licitação, o Tribunal de Contas da União, considerando o uso de Pregão Eletrônico, assim prescreve:

Acórdão 2172/2008 Plenário (Sumário) - A utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei nº 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade.

Acórdão 265/2010 Plenário - Utilize obrigatoriamente a modalidade pregão para aquisição e/ou contratação de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme regra ínsita no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520/2002, incluindo nessas características os bens e serviços de TI.

(...)

19. O Manual de Licitações & Contratos do Tribunal de Contas da União – 4ª edição assim estabelece:

Bens e serviços comuns são produtos cuja escolha deve ser feita com base somente nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

minuciosa.

(...)

Bens ou serviço será comum quando for possível estabelecer, para efeito de julgamento da proposta, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto. O estabelecimento desses padrões permite ao agente público analisar, medir ou comparar os produtos entre si e decidir pelo melhor preço.

20. Como visto, a utilização da via do pregão eletrônico está condicionada às demandas constituídas por objetos comuns, requisito definido pelo **parágrafo único do artigo 1º da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2022**, veja-se:

(...)

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

21. Na mesma linha é a redação do novel **Decreto Federal n. 10.024, de 20 de setembro de 2019**, que, de igual forma, também traz sua definição para “bens e serviços comuns”, na qual apenas acresceu a característica de reconhecibilidade das especificações pelo mercado, veja-se:

Definições

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

...

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

22. No caso em tela, os serviços pretendidos estão definidos e detalhados de forma objetiva por meio das especificações constantes nos capítulos 2 do TR, indicando com clareza os padrões de qualidade exigidas pela Administração para sua execução.

23. Por sua vez, o enquadramento do objeto como "comum" é apontado pela unidade autora do TR – conhecedora das especificidades dos serviços que se pretende contratar - em seu capítulo 8, item 8.1. Na



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

forma do **Acórdão TCU n. 817/2005-Primeira Câmara**, é mesmo faculdade do Administrador aferir se o objeto a ser contratado possui enquadramento de "bem ou serviço de uso comum", apreciando o caso concreto mediante a existência de circunstâncias objetivas constantes da fase interna do procedimento licitatório. Até porque, apenas escapa dessa classificação as obras e os bens e serviços especiais que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados comuns, na redação do **Decreto n. 10.024/2019**.

24. Assim, considerando que o valor estimado da contratação extrapola a situação de dispensa legal e, tratando-se de **bens comuns**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser **objetivamente** definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (**inciso II do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19**) - o que se vislumbra no caso em exame - tem-se como imperiosa a adoção da modalidade de **Pregão, em sua forma eletrônica**, em cumprimento ao **art. 1º da Lei n. 10.520/2002** e **§ 1º do art. 21 do Decreto n. 10.024/2019**, salvo comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos, na forma preconizada pelo **art. 1º, § 4º, do Decreto n. 10.024/2019 (situação que não foi noticiada neste processo)**.

25. O edital de licitação - caso aprovada a pretensão pela autoridade superior - deve estabelecer o tipo de licitação, em conformidade com o que determina o **art. 4º, X, da Lei n. 10.520/2002** para a aquisição do objeto pretendido, o qual deverá se dar pelo **menor preço por lote, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada**, que no entendimento desta unidade jurídica, deverá ser por **preço UNITÁRIO e não global**, como indicado no item 8.1 do TR em análise, observado, ainda, os critérios de aceitação da proposta descritos no item 8.3 do mesmo documento que prevê, entre outros, a apresentação de declaração de vistoria nas dependências da cozinha da licitante, realizada pela



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Comissão de Cerimonial do TRE-RO, atestando a compatibilidade exigida pelo Anexo III do TR.

3.2. Do valor estimado da contratação:

26. Acerca do valor estimado, é necessário tecer alguns apontamentos. O Tribunal de Contas da União (TCU) orienta sobre o procedimento de aferição do valor a ser utilizado no certame como parâmetro para mensurar o preço aceitável de determinado objeto. Veja-se:

AC 0265/2010 ATA 05 - PLENÁRIO- Relator: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

[Auditoria. Tecnologia da Informação. Estimativa de preços.]

[ACÓRDÃO]

9.1. determinar à Caixa Econômica Federal - CEF que: [...]

9.1.12. realize uma detalhada estimativa de preços com base em pesquisa fundamentada em informações de diversas fontes propriamente avaliadas, como, por exemplo, cotações específicas com fornecedores, contratos anteriores do próprio órgão, contratos de outros órgãos e, em especial, os valores registrados no Sistema de Preços Praticados do SIASG e nas atas de registro de preços da Administração Pública Federal, de forma a possibilitar a estimativa mais real possível, em conformidade com os arts. 6º, inciso IX, alínea "f", e 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/97;

27. Requisito também exigido pelo **art. 15 do Decreto n. 10.024/2019**, a apuração do valor estimado tem regras próprias definidas por este órgão no documento padronizado denominado **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO**, que no caso em análise, foi juntado ao processo no evento [0909739](#), estando os requisitos da estimativa inseridas nesse documento após pesquisa de preços somente com potenciais fornecedores, procedimento que, dada as especificidades da demanda, foi justificado pela Comissão de Cerimonial, conforme excerto adiante reproduzida:

Considerando a legitimidade das cotações como forma de aferição dos preços praticados no mercado, bem assim, considerando que todas as cotações obtidas foram formuladas por empresas bem conceituadas e com vasta experiência na prestação dos serviços objeto das cotações,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

optou-se por considerar todas as cotações no cálculo do preço médio de cada item, chegando-se a uma estimativa global de R\$ 185.452,50 (CENTO E OITENTA E CINCO MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), conforme demonstrado nos Anexos I e II desta informação. (sem destaques no original)

28. Assim, a análise das informações extraídas desse documento revela que a unidade laborou dentro dos limites traçados pela Instrução Normativa SG/ME n. 73, de 5/8/2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal. De notar-se que esse procedimento se encontra agora disciplinado pela **Instrução Normativa SEGES n. 65, de 7 de julho de 2021**, com diretrizes bastantes semelhantes, mas que excepciona sua aplicação aos processos instaurados sob a égide da Lei n. 8.666/93, veja-se:

Art. 11. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. **Permanecem regidos pela Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, todos os procedimentos administrativos autuados ou registrados sob a égide da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2001, e da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, incluindo contratações e eventuais renovações ou prorrogações de vigências respectivas.** (sem destaques no original)

3.3. Dos critérios de sustentabilidade:

29. Em cumprimento à legislação aplicável, detalhada no Capítulo 5 do TR, acertadamente e dentro da realidade específica do objeto pretendido, o TR registra a exigência de cumprimento de critérios de sustentabilidade ambiental, definidos pelo Art. 5º, da Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010, todos listados no item 5.4.1 do documento. Andou bem, ainda, quando estabeleceu no item 5.4.2 que para atendimento dos requisitos poderá ser exigida sua comprovação quando do recebimento dos materiais pela Comissão de Cerimonial.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.4. Do regime de tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPPs:

30. Segundo o comando inserto no artigo 47 da Lei Complementar n. 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa - ME e da Empresa de Pequeno Porte – EPP), as EPP e ME fruirão de tratamento diferenciado e simplificados nas contratações públicas com intuito de promover o desenvolvimento econômico e social na esfera municipal e regional, bem como ampliar a eficiência das políticas e o incentivo à inovação tecnológica.

31. Nos termos do disposto no artigo art. 48, inciso I da LC 123/2016 e do art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, o qual regulamentou a referida LC, deverá ser aplicada o regime de exclusividade para participação de ME e EPP nos certames com valores estimados até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

32. Para o **lote 01**, considerando que a soma do valor dos itens estimados para a contratação pretendida excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), e dada a opção pelo lote único para todos os itens, sem destinação de cota única às ME/EPPs - não terá aplicação o regime de exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 49, III, da LC 123/2006 e pelo art. 10, II, do Decreto Federal n. 8.538/2015, como apontado no item 8.2.1 do TR.

Para o **lote 02**, a Administração deverá aplicar ao futuro certame o regime de exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte, considerando que a soma do valor dos itens estimados para a contratação pretendida está inferior de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do disposto no artigo art. 48, I, da LC 123/2016 e do art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, como apontado no item 8.2.2 do TR em comento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.5. Dos demais elementos do TR:

33. O Termo de Referência registra ainda os demais elementos trazidos pelo **art. 3º, inciso XI do Decreto Federal n. 10.024/2019**, a saber: **a)** documento de verificação da qualificação técnica, item 8.3.1 alínea "a"; **b)** condições de entrega/aceitação do objeto, item 2.3; **c)** o prazo para execução e vigência do contrato, itens 9.3 e 9.4; **d)** os deveres do contratado e do contratante - Capítulo 10; **e)** as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara, capítulo 11; e **f)** os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, capítulo 12. Todos os requisitos citados foram inseridos no documento técnico e seus anexos, motivo pelo qual pode-se afirmar que o TR contempla os elementos essenciais exigidos no referido disposto regulamentar.

IV - CONCLUSÃO

34. Pelo exposto, opina esta Assessoria Jurídica:

I – considerando o conteúdo do Termo de Referência n. 02/2022- PRES/DG/CERIMONIAL ([0914483](#)), também analisado e considerado regular pela unidade competente ([0915125](#)), conclui-se que o instrumento parece conter, em sua forma, os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19, podendo ser apresentado à autoridade competente para deliberação e eventual aprovação (inciso II do art. 14 do mesmo regulamento);

II – pela possibilidade da contratação pretendida, por meio da modalidade licitatória pregão, na sua forma eletrônica, menor preço por lote, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, na forma indicada no item 8.1 do TR citado e registrada no **item 25 deste parecer**, com fundamento art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19;

Deverá ser adotado o modo de disputa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019, conforme indicado pela unidade demandante no item 8.1.2 do TR em análise.

Registre-se que, conforme já apontado no **item 4 deste parecer**, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à regularidade da despesa no planejamento orçamentário de 2022 ([0911162](#)) e comprovação da sua previsão na PLOA 2023 ([0911168](#)).

III – tendo em conta a distribuição dos itens em 2 lotes e que o valor global do **lote 01** excede o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), **não** terá aplicação o regime de **exclusividade** na participação de microempresas e empresas de pequeno porte, com fundamento no art. 49, III, da LC 123/2006 e pelo art. 10, II do Decreto n. 8.538/2015, estando afastada, dessa forma, a reserva de cotas;

Por sua vez, para o **lote 02**, a Administração **deverá** aplicar ao futuro certame o regime de **exclusividade** na participação de microempresas e empresas de pequeno porte, considerando que a soma do valor dos itens estimados para a contratação pretendida é inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do disposto no artigo art. 48, inciso I, da LC 123/2016 e do art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, como apontado no item 8.2.2 do TR em análise.

IV - aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, registrados no capítulo 5 do TR e apontado no **item 29 deste parecer**;

V - na busca da proposta mais vantajosa, tratando de critério de julgamento pelo menor preço, pela **restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação**, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto n. 10.024/2019.

Submete-se à consideração da autoridade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	competente.
	Documento assinado eletronicamente por Edis Romano Neto, Estagiário , em 11/10/2022, às 10:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
	Documento assinado eletronicamente por JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico , em 11/10/2022, às 10:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao informando o código verificador 0916347 e o código CRC E782FFE0 .
0002270-66.2022.6.22.8000	0916347v43
Testemunha	

ANEXO I AO CONTRATO N. 33/2022/TRE-RO

DOS PRODUTOS E SERVIÇOS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Lanche simples	600 serviços
02	<i>Coffee Break</i>	100 serviços
03	Coquetel	350 serviços
04	Lanche <i>light</i> - sem glúten e sem lactose	30 Kg
05	<i>Petit Four</i> doce	30 Kg
06	Garçons (garçonetes)	18 diárias
07	Cento de salgados diversos	100 centos
08	Bolos (sabores diversos)	30 Kg
09	Mingau de milho (tipo mugunzá ou canjica)	30 Kg
10	Mingau de banana da terra e tapioca	30 Kg
11	Sucos naturais (sabores diversos)	150 litros
12	Refrigerantes (sabores diversos)	80 unidades
13	Açaí cremoso (com acompanhamentos: granola, leite condensado)	30 Kg

Obs.: Quantos aos itens 7 a 13 dispensam a exigência de pessoal de apoio, bastando a entrega no local informado pelo Cerimonial.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Mesa retangular de madeira aglomerada , com revestimento em mdf laminado (cor amadeirado), medindo 1,40m x 2,20m (largura x comprimento)	3 unidades
02	Mesa quadrada de madeira aglomerada, com revestimento em mdf laminado (cor amadeirado), medindo 2,0m x 2,0m (largura x comprimento)	3 unidades
03	Mesa redonda com diâmetro de 1,6m, em revestimento de madeira aglomerada ou mdf laminado	3 unidades
04	Cadeiras tipo tiffany	150 unidades
05	Tapete decorativo medindo 3m x 4m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim, cinza ou bege, com base anti-derrapante	2 unidades
06	Tapete decorativo medindo 3m x 2,5m, tipo veludo ou carpete nas	2 unidades



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	cores marfim, cinza ou bege, com base anti- derrapante	
--	---	--

Obs.: Os móveis colocados à disposição da contratante deverão estar em bom estado de conservação e manutenção (sem arranhões visíveis, estofamento manchado, furado ou rasgado, marcas de ferrugem ou revestimentos desgastados ou qualquer outro defeito que apresente aparência desagradável ou coloque em risco a segurança dos usuários)

ANEXO II AO CONTRATO N. 33/2022/TRE-RO

ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADES MÍNIMAS - CARDÁPIO

ITEM 01 – LANCHE SIMPLES	
Tipo de Evento: Treinamentos e Capacitações	
Especificação do CARDÁPIO:	Quantidade MÍNIMA a ser fornecida para cada participante
1.	
<ul style="list-style-type: none">Bolo Simples – sem cobertura (ex.: formigueiro, laranja, milho verde, chocolate, tapioca, iogurte, fubá cremoso);	1 fatia por participante
<ul style="list-style-type: none">Mingau de milho branco com coco (mugunzá) ou de banana com tapioca	60 ml por participante
1.	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E	<ul style="list-style-type: none"> Salgados assados variados pelo menos três tipos distintos selecionados entre: coxinha de frango, esfirra de carne, saltenha, pizza, mini calzone, pastéis, bolinha de queijo, quibe, etc. 	5 unidades por participante
	<ul style="list-style-type: none"> Sanduíche natural em mini pão de forma (sem casca), ou pão francês, ou pão brioche, ou integral recheado com pasta de peito de frango desfiado, maionese e cenoura ralada, tomate, alface, queijo prato e presunto cozido. 	Uma unidade por participante
1.		
	<ul style="list-style-type: none"> Um tipo de suco (polpa de caju, maracujá, cupuaçu, etc.) 	400 ml por participante
1. MATERIAL DE APOIO:		
	<ul style="list-style-type: none"> Material descartável (copos, garfos, colheres, guardanapos, pratos etc.) 	O necessário
	<ul style="list-style-type: none"> 	
	<ul style="list-style-type: none"> 	
	<ul style="list-style-type: none"> 	
	<ul style="list-style-type: none"> Garrafas térmicas 	
	<ul style="list-style-type: none"> Tampos de mesa e respectivas bases 	
1. PESSOAL DE APOIO:		
	<ul style="list-style-type: none"> Pessoal de apoio para 	O necessário



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

arrumar as mesas e dispor os itens.	
Condições: Conforme item 2.3 do Termo de Referência	

ITEM 02 - COFFEE BREAK	
Tipo de Evento: Encontros e palestras	
Especificação do CARDÁPIO	Quantidade MÍNIMA p/ participante
<p>1. Salgados Especiais - Ao menos dois tipos distintos de mini porções, em cada evento.</p> <p>As opções abaixo são exemplificativas, podendo ser substituídas por itens de valor similar, a critério do contratante, com anuência da contratada</p>	
• Tirinhas de filé mignon ao molho madeira	80 gramas por participante
• Penne no azeite, tomate seco e frango defumado, salpicado com manjerição fresco	80 gramas por participante
• Lagarto dos Mares, acompanhado de pão sírio	80 gramas por participante
• Escondidinho da camarão, carne seca ou bacalhau	80 gramas por participante
1.	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<ul style="list-style-type: none">• Salada de frutas (maçã, mamão, morango, uvas, abacaxi, banana, kiwi, laranja, etc.), ou• Açaí cremoso com acompanhamentos (granola, creme de leite, leite moça, tapioca em flocos)	80 ml por participante
<ul style="list-style-type: none">• Canjica de milho branco com coco, ou• Mingau de banana da terra com tapioca	80 ml por participante
<ul style="list-style-type: none">• Duas opções de bolo (de tapioca, de laranja, de chocolate, de macaxeira ou de milho, prestígio, leite ninho, cenoura com recheio de brigadeiro, churros com recheio de doce de leite, limão siciliano)	01 fatia por participante
<p>1. Salgados assados</p> <ul style="list-style-type: none">• Seis tipos distintos de salgados assados selecionados dentre as opções relacionadas a seguir, ou similares, a serem avençadas entre o contratante e a contratada.• Folhado de frango com queijo, folhados de calabresa com manjerição, pastéis de forno, quiches deatum, quiches de creme de milho verde com calabresa, barquetes com salpicão de frango, damascos recheados, saltenha de frango, empadinha de frango com catupiry, mini calzone, croissant de lombo com gorgonzola, massa folhada	04 (quatro) unidades por participante



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recheada com camarão cremoso ou frango com catupiry.	
<p>1.</p> <p>A contratada deverá servir pelo menos duas opções de suco. As opções abaixo são exemplificativas, podendo ser substituídas a critério do contratante, com anuência da contratada</p> <ul style="list-style-type: none">• Acerola, abacaxi com hortelã, cupuaçu com morango, tamarino, maracujá com maçã e gengibre, etc.	400 ml por participante
<p>1. MATERIAL DE APOIO:</p>	
<ul style="list-style-type: none">• Copos de vidro para água e refrigerante	O necessário
<ul style="list-style-type: none">• Recipientes de porcelana branca, apropriados para servir as mini porções de escondidinho	
<ul style="list-style-type: none">• Talheres e utensílios de servir em aço inox e madeira	
<ul style="list-style-type: none">• Material descartável (copos, garfos, colheres, guardanapos, etc.)	
<ul style="list-style-type: none">• Jarras de vidro	
<ul style="list-style-type: none">• Garrafas térmicas	
<ul style="list-style-type: none">• Bandejas e travessas de matérias diversos (vidro, porcelana, madeira, etc.) para dispor os alimentos à mesa	
<ul style="list-style-type: none">• Tampos de mesa e respectivas bases	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<ul style="list-style-type: none">• Toalhas e cobre manchas	
1. PESSOAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none">• Pessoal de apoio para arrumar as mesas, dispor e repor os itens.	O necessário
Condições: Conforme item 2.3 do Termo de Referência	

ITEM 03 - COQUETEL

Tipo de evento:

- Cerimônias de Posse de Membros da Corte
- Encontro de Corregedores
- Solenidade de outorga de medalha do mérito eleitoral

Especificação do CARDÁPIO:	Quantidade MÍNIMA p/participante
1. Cinco tipos distintos de doce, em cada evento As opções abaixo poderão, em algumas ocasiões, ser substituídas por itens de valor similar, a critério do contratante, com anuência da contratada.	
<ul style="list-style-type: none">• Tacinha de leite condensado com damasco• Cuscuz de tapioca com coco queimado• Olho de sogra• Caramelado de damasco• Camafeu de nozes	04 unidades por participante



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<ul style="list-style-type: none">• Mini tortinhas recheadas com cupuaçu e castanha do Pará• Brigadeiros: Cupuaçu com suspiro, churros, brulée, limão siciliano, nozes, coco ralado com damasco, amêndoas, de banana com chips de banana, leite ninho	
<ul style="list-style-type: none">• Mini Pavlova, com cobertura de frutas vermelhas	01 unidade por participante
<p>1. Mini Porções</p> <p>Ao menos três tipos distintos de mini porções, em cada evento.</p> <p>As opções abaixo poderão, em algumas ocasiões, ser substituídas por itens de valor similar, a critério do contratante, com anuência da contratada.</p>	
<ul style="list-style-type: none">• Escondidinho de sabores diversos como: carne de sol, camarão ou de bacalhau• Salada de bacalhau• Casquinha de caranguejo• Cuscuz marroquino• Mini Penne ao pesto com tomate seco, azeitonas pretas alcaparras e lascas de parmesão• Arroz de pato• Tortinha de bacalhau ou camarão, com catupiry	Uma mini porção de cada tipo, por participante
<p>1. Canapés finos na massa folhada - 04 (quatro) unidades por participante</p>	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<ul style="list-style-type: none">• Vou - lo- van com creme de sabores diversos, kaní com manga, canapés com azeitona preta, canapés com morango, canapés caprésio, carolinas, tarteletes, barquete de bacalhau, etc.	
1. Sucos - Ao menos dois sabores em cada evento - 300 ml por participante	
<ul style="list-style-type: none">• Abacaxi com hortelã, cupuaçu com morango, cajá, maracujá com maçã e gengibre, etc.	
1. Água Mineral	
<ul style="list-style-type: none">• Água mineral com gás	100 ml por participante
<ul style="list-style-type: none">• Água Aromatizada - Água mineral com gás aromatizada com frutas (uva, morango e kiwi), ervas e especiarias.	100 ml por participante
1. MATERIAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none">• Copos e taças de vidro para água, refrigerante e os coquetéis• Vasilhinas de porcelana para servir os escondidinhos e as mini porções• Bandejas, travessas e doceiras duplas em vidro, porcelana, madeira, fibras naturais, etc., em formatos e alturas diversas, para disposição dos alimentos na mesa• Baldes/bacias de inox ou vidro para dispor bebidas no gelo• Jarras de vidro	O necessário



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<ul style="list-style-type: none">• Pratinhos de porcelana branca• Talheres e utensílios de servir em ações inox e madeira• Material descartável (guardanapos, copos, etc.)• Tapos de mesa e respectivas bases• Toalhas e cobre manchas	
1. PESSOAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none">• Pessoal de apoio para montagem, organização e reposição dos itens dispostos nas mesas	O necessário
Condições: Conforme item 2.3 do Termo de Referência	

ITEM 4 - LANCHE LIGHT- SEM GLUTEN E SEM LACTOSE

Tipo de Evento: Treinamentos e outros eventos institucionais

1.	Quantidade Estimada
<ul style="list-style-type: none">• Bolo de chocolate	2 kg
<ul style="list-style-type: none">• Bolo de limão	2 kg
<ul style="list-style-type: none">• Bolo de maçã, nozes e especiarias	2 kg
<ul style="list-style-type: none">• Bolo integral de banana com nozes e especiarias	2 kg



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

• Bolo de fubá com goiabada derretida	3 Kg
•	2 Kg
• Mini Pavlova light	2 kg
• Docinhos light	3 kg
1.	
• Nhoque de batata doce à bolonhesa	3 Kg
• Torta de palmito	2 Kg
• Pão gelado de frango ou atum	3 Kg
• Empadão de camarão	2 Kg
• Saladas mix de folhas com tomate cereja, atum, abacaxi, champignons, lascas de parmesão	2 kg
Total	30 Kg

ITEM 5 - PETIT FOUR DOCE

Tipo de Evento: Seminários e outros eventos institucionais

Tipo	Quantidade Estimada
• Biscoito de polvilho (doce ou azedo)	7 Kg
• Biscoite de nata com cobertura de geleia de cupuaçu ou goiabada	9 Kg



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<ul style="list-style-type: none">Biscoito de nata com Castanha do Brasil (Pará)	7 Kg
<ul style="list-style-type: none">Biscoito amanteigado	7 kg
TOTAL	30 Kg

ITEM 06 - GARÇONS

Tipo de Evento: Coquetéis, a critério da contratada	Quantidade Estimada
Especificação: Disponibilização de garçom para atender serviço de Coquetel, quando solicitado pela contratada.	18 diárias



Documento assinado eletronicamente por **FABIOLA FRANÇA AZZI PARANHOS, Usuário Externo**, em 01/12/2022, às 13:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 02/12/2022, às 08:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 02/12/2022, às 08:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 02/12/2022, às 08:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0948668** e o código CRC **A5966F28**.

0002270-66.2022.6.22.8000

0948668v1



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805-859 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4/2022 - PRES/DG/CERIMONIAL

1. INTRODUÇÃO

1.1 Em atendimento ao disposto no artigo 6º, IX, c/c art. 7º, I, da Lei n. 8.666/93, no Decreto n. 10.024/2019, art. 3º, IV e XI, na Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 e na Resolução TSE nº 23.702, de 9 de junho de 2022 e, ainda a Resolução da ANVISA n. 275, de 21/10/2002, elaboramos o presente Termo de Referência visando a contratação de serviços de alimentação e locação de mobiliário para eventos institucionais deste Tribunal.

2. DO OBJETO

2.1 A presente contratação tem como objeto a prestação de serviços, por intermédio de empresa especializada, para fornecimento, sob demanda, dos serviços de:

- fornecimento de alimentação, consistente em lanche simples, *coffee break*, coquetel, itens de *lanche light*, *Petit four* do presente Termo de Referência, com a disponibilização de garçons, para atendimento a eventos institucionais, consistente em solenidades, seminários, palestras, conferências, treinamentos, cursos e outros eventos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

correlatos, conforme especificações constantes neste Termo de Referência (TR);

- locação de mobiliário para atendimento às solenidades de posse do Tribunal.

2.2 DA DESCRIÇÃO E QUANTIDADES:

2.2.1 As especificações e quantidades a serem adquiridas estão expressas no quadro abaixo:

LOTE 01		
SERVIÇO DE LANCHE SIMPLES, <i>COFFEE BREAK</i>, COQUETEL e ITENS ESPECIAIS		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Lanche simples	600 serviços
02	<i>Coffee Break</i>	100 serviços
03	Coquetel	350 serviços
04	Lanche <i>light</i> - sem glúten e sem lactose	30 Kg
05	<i>Petit Four</i> doce	30 Kg
06	Garçons (garçonetes)	18 diárias
07	Cento de salgados diversos	100 centos
08	Bolos (sabores diversos)	30 Kg
09	Mingau de milho (tipo mugunzá ou canjica)	30 Kg
10	Mingau de banana da terra e tapioca	30 Kg
11	Sucos naturais (sabores diversos)	150 litros
12	Refrigerantes (sabores diversos)	80 unidades (garrafa pet de 2 litros)
13	Açaí cremoso (com acompanhamentos: granola, leite condensado)	30 kg

2.2.2 Os itens 7 a 13 dispensam a exigência de pessoal de apoio, bastando a entrega no local informado pelo Cerimonial.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LOTE 02**LOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO**

	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Mesa retangular de madeira aglomerada , com revestimento em mdf laminado (cor amadeirado), medindo 1,40m x 2,20m (largura x comprimento)	3 unidades
02	Mesa quadrada de madeira aglomerada, com revestimento em mdf laminado (cor amadeirado), medindo 2,0m x 2,0m (largura x comprimento)	3 unidades
03	Mesa redonda com diâmetro de 1,6m, em revestimento de madeira aglomerada ou mdf laminado	3 unidades
04	Cadeiras tipo tiffany	150 unidades
05	Tapete decorativo medindo 3m x 4m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim, cinza ou bege, com base anti-derrapante	2 unidades
06	Tapete decorativo medindo 3m x 2,5m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim, cinza ou bege, com base anti-derrapante	2 unidades

2.2.3 Os móveis colocados à disposição da contratante deverão estar em bom estado de conservação e manutenção (sem arranhões visíveis, estofamento manchado furado ou rasgado, marcas de ferrugem ou revestimentos desgastados ou qualquer outro defeito que apresente aparência desagradável ou coloque em risco a segurança dos usuários)

2.3 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

2.3.1 A aceitação do objeto observará os seguintes parâmetros:

2.3.2 A quantidade de serviços de lanche simples, *cooffee break*, coquetel, lanche *light* e *petit four* foram dimensionadas de acordo com o número



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estimativo de participantes dos eventos institucionais previstos para o período de novembro de 2022 a novembro/2023. Ressaltando que as quantidades acima descritas são estimadas e não vinculam a Administração a sua contratação total.

2.3.3 Por serviço entenda-se o conjunto de itens de alimentação (doces, salgados, canapés, mini porções, sucos, refrigerantes etc.) que compõem os itens de lanche simples, *coffee break* e coquetel, com respectivo material e pessoal de apoio, observadas as quantidades mínimas, *per capita*, definidas no cardápio (vide Anexo II, coluna: Quantidade MÍNIMA a ser fornecida para cada participante). Assim, se tivermos um evento para 100 participantes, teremos 100 serviços de lanche simples, ou de *coffee break*, ou de coquetel, de acordo com o tipo de evento.

2.3.4 Os alimentos relacionados nos itens 04 e 05, lanche *light e petit four* poderão ser adquiridos individualmente, quando identificada a necessidade destes para atender situação específica.

2.3.5 Quanto ao serviço de garçons, item 06, foram estimados 18 serviços que poderão ou não ser utilizados ao longo do contrato. O serviço deverá ser executado por profissional capacitado e com experiência na atividade de garçom (garçonete), devidamente uniformizado (a) e qualificado (a) para realizar todo o correspondente à função respectiva, com experiência em evento e no trato com autoridades.

2.3.6 No que diz respeito ao Lote 2 (locação de mobiliário) poderão ou não ser utilizados os itens especificados. Esclarecemos que, em geral, as solenidades de posse e outorga de medalhas do mérito eleitoral suscitarão estes serviços (em média quatro ao ano).

2.3.7 Para os eventos do tipo *coffee break* e coquetel exigir-se-á material de apoio consistente em: louças de vidro, porcelana, talheres, taças e copos de vidro, tudo em perfeito estado de conservação.

2.3.8 Para o evento do tipo *coffee break* coquetel exigir-se-á que as bandejas e demais utensílios para disposição dos alimentos apresentem-se em tamanhos, formatos e características variados (porcelana, vidro, ratan, metais, madeira dentre outros).

2.3.9 Para o evento do tipo lanche simples (item 01) e para demais itens de 7 a 13 do Lote 1 fica autorizada a utilização de descartáveis previamente aprovados pela contratada; os alimentos devem ser preparados no dia da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

entrega, apresentar boa qualidade, aparência, cor, textura e sabor característicos. Os produtos deverão ser entregues aos fiscais do contrato em embalagens apropriadas à especificidade de cada item, a fim de que não se danifiquem durante o transporte até as dependências do Tribunal ou outro local designado pela contratada.

2.3.10 Os materiais e os serviços serão entregues e prestados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia na Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa da União, em Porto Velho/RO, ou em outro local previamente informado à contratada, localizado dentro do perímetro urbano do município de Porto Velho/RO.

2.4 DAS CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS (FORNECIMENTO):

2.4.1 A contratada deverá estar com toda a estrutura montada e itens disponibilizados com antecedência mínima de 02 (duas) horas do horário agendado para a prestação do serviço.

2.4.2 Os dias e horários em que deverão ser executados os serviços serão comunicados pelo Cerimonial, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data do evento.

2.4.3 Todos os cardápios do evento, elaborados pela contratada, montados de acordo com as opções e medidas constantes de cada tipo de serviço, deverão ser encaminhados ao Cerimonial com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento.

2.4.4 A Comissão de Cerimonial deverá aprovar o cardápio com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento, com prazo hábil para confecção dos alimentos.

2.4.5 As opções de toalhas de mesa deverão ser submetidas à Comissão de Cerimonial, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do evento, que decidirá, dentre as opções ofertadas, a que melhor se adeque.

2.4.6 A contratada será responsável pela montagem, arrumação das mesas, disposição e reposição dos itens do serviço, bem como, após sua finalização, pela desmontagem e retirada dos materiais, utilizando-se de mão de obra própria.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.4.7 A contratada não estará obrigada a fornecer serviço para evento com público inferior a 20 (vinte) participantes.

2.4.8 A contratada deverá fornecer o material de apoio devidamente discriminado neste Termo de Referência, necessário à realização do serviço.

2.4.9 A contratada deverá disponibilizar o número de garçons solicitados pela contratante para o evento indicado, devendo estes se apresentarem no local do evento com uma hora de antecedência.

2.4.10 Os itens descritos no Lote 2, quando necessários, serão informados à contratada, que deverá fornecê-los nas quantidades e modelos solicitados e realizar a entrega no local do evento.

2.4.11 Os produtos solicitados serão acondicionados em embalagens e/ou recipientes limpos e apropriados (alumínio, cartonado, isopor ou caixas de polietileno).

2.4.12 As caixas para o transporte dos produtos deverão ser térmicas nos casos em que os gêneros requisitados necessitem de ambiente apropriado para conservação.

2.4.13 Os entregadores e pessoal de apoio da Contratada deverão estar vestidos adequadamente, com roupas limpas, sapatos ou tênis fechados e devidamente identificados.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 Esta contratação visa garantir o fornecimento, no período de 12 (doze) meses, dos itens de alimentação e locação de mobiliário necessários ao atendimento dos eventos institucionais a serem promovidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que estão direta e concretamente vinculados aos objetivos institucionais deste Tribunal, respeitando-se os princípios da razoabilidade, moralidade e economicidade.

3.2 Apresenta-se, abaixo, quadro estimativo de eventos e de itens de alimentação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tipo de serviço	Evento	Nº de pessoas (estimativas)	Qtd de eventos	Quantidade de serviços				
				Lanche simples	Coffee break	Lanche light	Coquetel	Petit four
Lanche simples	Treinamentos e eventos institucionais diversos	25	10	250 serviços				
Lanche simples	Treinamentos e eventos institucionais diversos	200	1	200 serviços				
Lanche simples	Treinamentos e eventos institucionais diversos	75	2	150 serviços				
Coffee break	Solenidades e outros eventos institucionais	50	2		100 serviços			
Coquetel	Posse de membros da Corte e de dirigentes do Tribunal e outras cerimônias institucionais	50	5				250 serviços	
Coquetel	Posse de membros da Corte e de dirigentes do Tribunal e outras	100	1				100	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	cerimônias institucionai s							
Petit four	Posse de membros da Corte e dirigentes do Tribunal							30 kg
Lanche light	Posse de membros da Corte e de dirigentes do Tribunal e outras cerimônias institucionai s					30kg		
TOTA L				600 serviço s	100 serviço s	30 kg	350 serviços	30 kg

4. DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

4.1 O serviço pretendido visa o atendimento de eventos institucionais decorrentes de inúmeras iniciativas estratégicas voltadas à melhoria dos serviços oferecidos e a interação da Justiça Eleitoral de Rondônia com a sociedade rondoniense, a exemplo de eventos da Escola Judicial Eleitoral, Comissão Gestora de Políticas de Gênero, Memória Eleitoral, Acessibilidade, dentre outros.

5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

5.1. De acordo com o Artigo 4º da Resolução CNJ n. 400/2021, os órgãos do Poder Judiciário devem realizar a gestão do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS). Neste Tribunal, o PLS 2020-2025 foi instituído através da Portaria TRE-RO n.131/2020.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.2. No entanto, a referida Resolução não estabeleceu critérios objetivos que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais. Trata-se de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa.

5.3 Tem-se ainda, nessa seara normativa, a Resolução do CONAMA n. 401/2008, a Lei Federal n. 12.187/2009 que institui a política nacional sobre mudança do clima, a Lei Federal n. 12.305/2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos, a Medida Provisória n. 495/2010, convertida na Lei n. 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que incluiu como finalidade da licitação a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

5.4 EM RAZÃO DAS INÚMERAS NORMAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DE EXIGÊNCIA OBRIGATÓRIA EM FUNÇÃO DE EXPRESSO TEXTO LEGAL, APLICÁVEIS AO BEM OBJETO DESTES TERMO DE REFERÊNCIA, SERÁ EXIGIDO:

5.4.1 Cumprimento de critérios de sustentabilidade definidos pelo Art. 5º, da Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010:

I – Que os bens são constituídos, no todo ou em parte, por material reutilizável, reciclado ou reciclável, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, quando exigível;

II – Que foram observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, quando exigível;

III – Que os bens serão, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utiliza materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – Que os bens não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.4.2 Para atendimento desses requisitos poderá ser exigida sua comprovação quando do recebimento dos materiais pela Comissão de Cerimonial.

6. DO VALOR ESTIMADO

6.1 Visando o levantamento de preços no mercado local foram expedidas cotações para as empresas do ramo, consoante email encaminhado pela Coordenadoria de Material.

6.2 Feito o levantamento de preços junto a empresas do mercado local, apurou-se o preço médio **R\$ 185.452,50 (cento e oitenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos)**, considerando-se todas as cotações apresentadas, conforme detalhado na INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DE VALOR ESTIMADO ([0909739](#)), sendo o lote 01 estimado em R\$ 162.155,00 (cento e sessenta e dois mil cento e cinquenta e cinco reais) e o lote 02 estimado em R\$ 23.297,50 (vinte e três mil duzentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)

7. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

7.1 As despesas decorrentes do presente Termo de Referência correrão com recursos do Orçamento Anual de 2022/2023 deste Tribunal, cuja fonte de recurso, programação orçamentária e natureza de despesa são:

FONTE ORÇAMENTÁRIA				
Tipo de orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão orçamentária por ano	
			2022 (R\$)	2023 (R\$)
Orçamento ordinário	Organização, ornamentação e buffet para eventos em geral	ADM EVENTO	5.000,00	180.452,50
Total por exercício			5.000,00	180.452,50



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8. CERTAME LICITATÓRIO

8.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

8.1.1 Tratando-se de serviços com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado e não havendo aferição de outros fatores que possam influenciar no seu preço final, com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/2002, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, na forma de **EXECUÇÃO INDIRETA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, consoante as condições definidas neste TR.

8.1.2 Poderá ser adotado modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

8.2 DA APLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME.

8.2.1 Para o lote 01, considerando que a soma do valor dos itens estimados para a contratação pretendida excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), não será aplicada a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

8.2.2 Para o lote 02, será aplicada a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

8.2.3 As ME/EPP's poderão participar do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação (empate ficto).

8.3 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DE PROPOSTA

8.3.1 apresentação de planilha contendo o custo por cada item do objeto, conforme Anexo I;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.3.2 declaração de vistoria nas dependências da cozinha da contratada, realizada pela Comissão de Cerimonial TRE-RO, atestando a compatibilidade referida no Anexo III;

8.3.3 A vistoria será feita para aferição dos quesitos estabelecidos no Anexo III com as seguintes normas, em especial a norma contida nos itens abaixo:

8.3.4 - Resolução - RDC n. 275, de 21 de outubro de 2002 - Essa Resolução foi desenvolvida com o propósito de atualizar a legislação geral, introduzindo o controle contínuo dos Procedimentos Operacionais Padronizados aplicáveis aos estabelecimentos produtores de alimentos, além de promover a harmonização das ações de inspeção sanitária por meio de instrumento genérico de verificação das práticas de fabricação de alimentos. Portanto, é ato normativo complementar à Portaria SVS/MS nº 326/97.

8.3.5 - Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997 - Baseada no Código Internacional Recomendado de Práticas: Princípios Gerais de Higiene dos Alimentos CAC/VOL. A, Ed. 2 (1985), do Codex Alimentarius, e harmonizada no Mercosul, essa Portaria estabelece os requisitos gerais sobre as condições higiênico-sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos.

8.3.6 - Portaria MS n. 1.428, de 26 de novembro de 1993 - Precursora na regulamentação desse tema, essa Portaria dispõe, entre outras matérias, sobre as diretrizes gerais para o estabelecimento de Boas Práticas de Produção e Prestação de Serviços na área de alimentos.

8.4 HABILITAÇÃO:

8.4.1 Habilitação jurídica:

I - Tratando-se de sociedade comercial a contratada deverá apresentar o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado. Tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhados de documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - De acordo com o art. 28, V, da Lei n. 8.666/93, deverá apresentar os seguintes comprovantes de autorização para funcionamento expedido pelos órgãos competentes:

- a) Alvará de funcionamento municipal ou estadual para produção e comercialização de alimentos;
- b) Alvará de Autorização Sanitária emitido pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Porto Velho/RO (Departamento de Vigilância Sanitária), conforme Instrução Normativa n. 001/2022/SEMUSA e nos termos do Decreto do Município de Porto Velho n. 16.466, de 19 de dezembro de 2019;

8.4.2 Qualificação econômica-financeira:

I - A contratada deverá apresentar Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, será exigida que a contratada apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação. A empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira.

8.4.3 Habilitação fiscal e trabalhista:

I - A contratada deverá estar regular junto ao SICAF e/ou apresentar comprovante de regularidade perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.4.4 Habilitação técnica:

8.4.1 Atestado de capacidade técnico-operacional:

- a) A contratada deverá apresentar, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnico-operacional comprovando capacidade para atender os diversos tipos de serviço: lanche simples, *coffee break* e coquetel, compatíveis com as características dos itens constantes do Lote 1.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Considera-se compatível com os serviços descritos nos citados itens os seguintes quantitativos mínimos:

- Item 1 – Lanche simples: Fornecimento para um público igual ou superior de 200 lanches simples;
- Item 2 – Coffee break: Fornecimento para um público igual ou superior de 50 coffee break;
- Item 3 – Coquetel: Fornecimento para um público igual ou superior de 100 coquetéis;

c) Justificativa para a exigência de percentual superior de 50%: O percentual igual a 100% do público máximo que será atendido em um único evento deve-se à peculiaridade do objeto. A Administração necessita certificar-se, de forma extremamente segura, que a contratada possui Know-how (experiência) e estrutura empresarial para atender, de maneira precisa e no tempo exato, as demandas do contrato, na medida de suas grandezas. Uma tentativa de contratação anterior desse objeto demonstrou que essa exigência se torna necessária para a seleção de empresas com o nível de profissionalismo pretendido pela Administração, sob pena de perecer o critério objetivo da proposta mais vantajosa. Isso porque, a contratação desguarnecida das cautelas necessárias terá como provável desfecho a reiteração da inexecução contratual (vg, Acórdão n. 1.706/2007 – Plenário).

d) Possibilidade de soma dos atestados: A contratada poderá somar os quantitativos de serviços descritos nos atestados de capacidade técnica-operacional desde que os serviços tenham sido prestados no mesmo dia e horário. A ausência dessa comprovação torna ineficaz a exigência justificada na alínea anterior (vg, Acórdão n. 7.982/2017 – Segunda Câmara);

d) A contratada poderá apresentar os atestados provenientes de pessoa jurídica de direito privado com reconhecimento de assinatura em cartório e comprovação de que o signatário é representante legal da emitente através de apresentação do contrato social e procuração, se for o caso, a fim de evitar possíveis diligências durante o certame.

9. DO CONTRATO

9.1 PROCEDIMENTOS PRÉVIOS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – A empresa vencedora será formalmente convocada para assinatura do contrato, adaptado à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 10.520/2002 e, de forma subsidiária, a Lei n. 8.666/93.

II - No ato da assinatura do contrato a empresa vencedora deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. **Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, a empresa vencedora (com menor preço) deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste TR.**

III - Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a empresa contratada realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

IV - Após a realização do cadastro e liberação pela Seção de Contratos, a empresa vencedora será convocada para assinar o contrato, devendo realizar a **assinatura eletrônica** no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação da Seção de Contratos.

V - Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela empresa. **O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela empresa durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.**

VI - Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, neste TR e anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais e contratuais. **IMPORTANTE:** As quantidades acima descritas são estimadas e não vinculam a Administração a sua contratação total.

VII - Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais este TR e seus anexos e a proposta vencedora da contratada, independentemente de transcrição.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VIII - À relação contratual, além das disposições previstas neste TR, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008 ou outra norma do TRE/RO que venha a substituí-la ou alterá-la. Supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

9.2 DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO:

9.2.1 Não será permitida a subcontratação no todo ou em parte dos itens integrantes do objeto deste contrato.

9.3 PRAZO DE VIGÊNCIA, ALTERAÇÕES, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO:

I - O Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, não sendo admitida prorrogação.

II - Os preços dos serviços serão fixos e irredutíveis no período de 12 (doze) meses.

III - Havendo necessidade, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

IV - Admite-se eventual reequilíbrio na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93.

9.4 DA EXECUÇÃO DO OBJETO

I – Com a assinatura do contrato, a contratada obriga-se a prestar os serviços dentro dos prazos fixados neste TR e anexos e no contrato e, ainda, sempre conforme as orientações do gestor do contrato. **IMPORTANTE:** As quantidades acima descritas são estimadas e não vinculam a Administração a sua contratação total;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Após a emissão da **ORDEM DE SERVIÇO**, a contratada deverá executar o objeto nos prazos e condições estabelecidos neste instrumento. Para cada solicitação de serviço será emitida uma **ORDEM DE SERVIÇO** específica;

III – Prestados os serviços em cada evento, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contratada deverá apresentar a Nota Fiscal específica desses serviços ao gestor do contrato, o qual emitirá o Termo de Recebimento, após a análise qualitativa e quantitativa dos materiais entregues e dos serviços prestados que consistirá na verificação dos materiais e serviços conforme especificações constantes neste TR e encaminhada a nota fiscal para a unidade de pagamento.

IV - No caso de eventual inconsistência, omissões ou erros na entrega dos materiais ou prestação de serviços, o gestor do contrato emitirá um Termo de Avaliação que especificará de forma detalhada as inconsistências e prejuízos causados, no qual já indicará os eventuais valores a serem glosados da fatura;

V – Serão recusados e devolvidos, de plano, os produtos em claro desacordo com especificações estabelecidas neste TR.

10. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

10.1.1 cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste TR;

10.1.2 expedir ordens de serviço para autorização dos serviços pela contratada;

10.1.3 receber os fornecimentos e materiais nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste TR;

10.1.4 glosar parte dos pagamentos em razão do atendimento parcial da quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste TR;

10.1.5 recusar e devolver, de plano, os produtos em claro desacordo com especificações estabelecidas neste TR;

10.1.6 promover o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

10.1.7 efetuar o pagamento, mediante ordem bancária ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento definitivo, devidamente atestado pelo gestor do contrato.

a) Aos pagamentos serão aplicadas as retenções legais, na forma da legislação de regência;

b) Para realização dos pagamentos a contratada deve apresentar situação de regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho.

c) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

10.1.8 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.

10.1.9 Controlar a execução financeira desta contratação dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos.

10.1.10 Não permitir a transferência, nem a sublocação nem a subcontratação, no todo ou em parte dos itens objeto; e

10.1.11 Cumprir as demais obrigações consignadas no instrumento contratual.

10.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.2.1 A contratada deverá estar com toda a estrutura montada e itens disponibilizados com antecedência mínima de 02 (duas) horas do horário agendado para a prestação do serviço.

10.2.2 Os dias e os horários em que deverão ser executados os serviços serão comunicados pelo Cerimonial, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data do evento.

10.2.3 Todos os cardápios do evento, elaborados pela contratada, montados de acordo com as opções e medidas constantes de cada tipo de serviço, deverão ser encaminhados ao Cerimonial com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento.

10.2.4 O Cerimonial deverá aprovar o cardápio com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento, com prazo hábil para confecção dos produtos.

10.2.5 As opções de toalhas de mesa deverão ser submetidas ao Cerimonial, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do evento, que decidirá, dentre as opções ofertadas, a que melhor se adequa.

10.2.6 Quando necessário, a contratada será responsável pela montagem, arrumação das mesas, disposição e reposição dos itens do serviço, bem como,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

após sua finalização, pela desmontagem e retirada dos materiais, utilizando-se de mão de obra própria.

10.2.7 A contratada não estará obrigada a fornecer serviço para evento com público inferior a 20 (vinte) participantes.

10.2.8 A contratada deverá disponibilizar o número de garçons solicitados pela contratante para o evento indicado, devendo estes se apresentarem no local do evento com uma hora de antecedência.

10.2.9 Os itens descritos no Lote 2, quando necessários, serão informados à contratada, que deverá fornecê-los nas quantidades e modelos solicitados e realizar a entrega no local do evento.

10.2.10 Os produtos solicitados serão acondicionados em embalagens e/ou recipientes limpos e apropriados (alumínio, cartonado, isopor ou caixas de polietileno).

10.2.11 As caixas para o transporte dos produtos deverão ser térmicas nos casos em que os gêneros requisitados necessitem de ambiente apropriado para conservação.

10.2.12 Os entregadores e pessoal de apoio da Contratada deverão estar vestidos adequadamente, com roupas limpas, sapatos ou tênis fechados e devidamente identificados.

10.2.13 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto desta contratação, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

10.2.14 Sanar, no menor tempo possível e sempre antes da realização de cada evento, as inconsistências comunicadas pela Comissão de Cerimonial em relação à proposta de cardápio apresentada;

10.2.15 Substituir às suas expensas, no menor tempo possível e sempre antes da realização de cada evento, os itens comunicados pela Comissão de Cerimonial em desacordo com as especificações deste TR;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.2.16 Apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a Nota Fiscal específica dos serviços solicitados pelo gestor do contrato e prestados nas condições e prazos estabelecidos neste TR;

10.2.17 Manter-se durante toda a execução do contrato e apresentar no momento do pagamento, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

10.2.18 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;

10.2.19 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser alegado, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

10.2.20 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do contrato que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas ao acordo entre as partes;

10.2.21 Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE-RO, na vigência do contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

10.2.22 Cumprir todas as demais regras e condições estabelecidas por este termo, pelo edital, pelo contrato, como também todas as obrigações legais e regulamentares aplicadas à execução dos serviços.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, conforme a seguir:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Atraso injustificado do prazo de 72 (setenta e duas) horas de antecedência mínima da data do evento para encaminhar à Comissão de Cerimonial os cardápios do evento, elaborados pela contratada e montado de acordo com as opções e medidas constantes de cada tipo de serviço definido neste instrumento: Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato para cada 12 (doze) horas de atraso, limitado a 48 (quarenta e oito) horas;

a1) Atraso injustificado da obrigação referida na alínea “a”, superior a 48 (quarenta e oito): Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, podendo caracterizar, ainda, a inexecução parcial do contrato.

b) Atraso injustificado da obrigação de montar toda a estrutura e disponibilizar todos os itens de alimentação e apoio com antecedência mínima de 02 (duas) horas do horário agendado para a prestação dos serviços. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato;

b1) Descumprimento injustificado da obrigação de montar toda a estrutura e disponibilizar todos os itens até o início do horário agendado para a prestação do serviço: Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, podendo caracterizar, ainda, a inexecução parcial do contrato.

c) Atraso no cumprimento injustificado dos demais prazos e obrigações previstos neste instrumento e no contrato: Multa de 0,5% (meio por cento) ao dia até o limite de 20 (vinte) dias, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

11.3 A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha qualquer crédito neste Tribunal será intimada para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, realizar o recolhimento, sob pena de inscrição na dívida ativa da União (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.5 A contratada se submete as sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

11.6 Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO.

12. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 A gestão e fiscalização será de competência da presidente da Comissão de Cerimonial, podendo ser substituída por um dos demais integrantes da Comissão, por indicação daquela.

13. DOS ANEXOS

13.1 São anexos ao presente instrumento:

13.1.1 Anexo I – Planilha geral dos produtos e serviços, com respectivas quantidades a serem licitadas;

13.1.2 Anexo II – Planilha contendo as especificidades e cardápios dos tipos de alimentação e quantidades mínimas, per capita, de cada item dos cardápios dos serviços de lanche simples, *coffee break e coquetel*, bem como, detalhamento dos itens de serviço de garçom, de lanche light e petit four doce.

13.1.3 Anexo III - Declaração de estrutura física própria de cozinha compatível com o cumprimento do objeto do certame.

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Lanche simples	600 serviços
02	<i>Coffee Break</i>	100 serviços
03	Coquetel	350 serviços



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04	Lanche <i>light</i> - sem glúten e sem lactose	30 Kg
05	<i>Petit Four</i> doce	30 Kg
06	Garçons (garçonetes)	18 diárias
07	Cento de salgados diversos	100 centos
08	Bolos (sabores diversos)	30 Kg
09	Mingau de milho (tipo mugunzá ou canjica)	30 Kg
10	Mingau de banana da terra e tapioca	30 Kg
11	Sucos naturais (sabores diversos)	150 litros
12	Refrigerantes (sabores diversos)	80 unidades
13	Açaí cremoso (com acompanhamentos: granola, leite condensado)	30 Kg

13.2 Os itens 7 a 13 dispensam a exigência de pessoal de apoio, bastando a entrega no local informado pelo Cerimonial.

	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Mesa retangular de madeira aglomerada , com revestimento em mdf laminado (cor amadeirado), medindo 1,40m x 2,20m (largura x comprimento)	3 unidades
02	Mesa quadrada de madeira aglomerada, com revestimento em mdf laminado (cor amadeirado), medindo 2,0m x 2,0m (largura x comprimento)	3 unidades
03	Mesa redonda com diâmetro de 1,6m, em revestimento de madeira aglomerada ou mdf laminado	3 unidades
04	Cadeiras tipo tiffany	150 unidades
05	Tapete decorativo medindo 3m x 4m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim, cinza ou bege, com base anti-derrapante	2 unidades
06	Tapete decorativo medindo 3m x 2,5m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim, cinza ou bege, com base anti-derrapante	2 unidades

13.3 Os móveis colocados à disposição da contratante deverão estar em bom estado de conservação e manutenção (sem arranhões visíveis, estofamento manchado, furado ou rasgado, marcas de ferrugem ou revestimentos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

desgastados ou qualquer outro defeito que apresente aparência desagradável ou coloque em risco a segurança dos usuários)

ANEXO II - CARDÁPIO

ITEM 01 – LANCHE SIMPLES	
Tipo de Evento: Treinamentos e Capacitações	
Especificação do CARDÁPIO:	Quantidade MÍNIMA a ser fornecida para cada participante
1.	
<ul style="list-style-type: none">Bolo Simples – sem cobertura (ex.: formigueiro, laranja, milho verde, chocolate, tapioca, iogurte, fubá cremoso);	1 fatia por participante
<ul style="list-style-type: none">Mingau de milho branco com coco (mugunzá) ou de banana com tapioca	60 ml por participante
1.	
<ul style="list-style-type: none">Salgados assados variados pelo menos três tipos distintos selecionados entre: coxinha de frango, esfirra de carne, saltenha, pizza, mini calzone, pastéis, bolinha de queijo, quibe, etc.	5 unidades por participante
E <ul style="list-style-type: none">Sanduíche natural em mini pão de forma (sem casca), ou pão francês, ou pão brioche, ou integral recheado com pasta de peito de	Uma unidade por participante



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

frango desfiado, maionese e cenoura ralada, tomate, alface, queijo prato e presunto cozido.	
1.	
<ul style="list-style-type: none">Um tipo de suco (polpa de caju, maracujá, cupuaçu, etc.)	400 ml por participante
1. MATERIAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none">Material descartável (copos, garfos, colheres, guardanapos, pratos etc.)	O necessário
<ul style="list-style-type: none">	
<ul style="list-style-type: none">	
<ul style="list-style-type: none">	
<ul style="list-style-type: none">Garrafas térmicas	
<ul style="list-style-type: none">Tampos de mesa e respectivas bases	
1. PESSOAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none">Pessoal de apoio para arrumar as mesas e dispor os itens.	O necessário
Condições: Conforme item 2.3 deste Termo de Referência	

ITEM 02 - COFFEE BREAK

Tipo de Evento: Encontros e palestras

Especificação do CARDÁPIO	Quantidade MÍNIMA p/ participante
1. Salgados Especiais - Ao menos dois tipos distintos de mini	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

porções, em cada evento.

As opções abaixo são exemplificativas, podendo ser substituídas por itens de valor similar, a critério do contratante, com anuência da contratada

<ul style="list-style-type: none">Tirinhas de filé mignon ao molho madeira	80 gramas por participante
<ul style="list-style-type: none">Penne no azeite, tomate seco e frango defumado, salpicado com manjerição fresco	80 gramas por participante
<ul style="list-style-type: none">Lagarto dos Mares, acompanhado de pão sírio	80 gramas por participante
<ul style="list-style-type: none">Escondidinho da camarão, carne seca ou bacalhau	80 gramas por participante
1.	
<ul style="list-style-type: none">Salada de frutas (maçã, mamão, morango, uvas, abacaxi, banana, kiwi, laranja, etc.), ouAçaí cremoso com acompanhamentos (granola, creme de leite, leite moça, tapioca em flocos)	80 ml por participante
<ul style="list-style-type: none">Canjica de milho branco com coco, ouMingau de banana da terra com tapioca	80 ml por participante
<ul style="list-style-type: none">Duas opções de bolo (de tapioca, de laranja, de chocolate, de macaxeira ou de milho, prestígio, leite ninho, cenoura com recheio de brigadeiro, churros com recheio de doce de	01 fatia por participante



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

leite, limão siciliano)	
<p>1. Salgados assados</p> <ul style="list-style-type: none">Seis tipos distintos de salgados assados selecionados dentre as opções relacionadas a seguir, ou similares, a serem avençadas entre o contratante e a contratada.Folhado de frango com queijo, folhados de calabresa com manjerição, pastéis de forno, quiches de atum, quiches de creme de milho verde com calabresa, barquetes com salpicão de frango, damascos recheados, saltenha de frango, empadinha de frango com catupiry, mini calzone, croissant de lombo com gorgonzola, massa folhada recheada com camarão cremoso ou frango com catupiry.	04 (quatro) unidades por participante
<p>1.</p> <p>A contratada deverá servir pelo menos duas opções de suco. As opções abaixo são exemplificativas, podendo ser substituídas a critério do contratante, com anuência da contratada</p> <ul style="list-style-type: none">Acerola, abacaxi com hortelã, cupuaçu com morango, tamarino, maracujá com maçã e gengibre, etc.	400 ml por participante
1. MATERIAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none">Copos de vidro para água e refrigerante	O necessário

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<ul style="list-style-type: none">• Recipientes de porcelana branca, apropriados para servir as mini porções de escondidinho	
<ul style="list-style-type: none">• Talheres e utensílios de servir em aço inox e madeira	
<ul style="list-style-type: none">• Material descartável (copos, garfos, colheres, guardanapos, etc.)	
<ul style="list-style-type: none">• Jarras de vidro	
<ul style="list-style-type: none">• Garrafas térmicas	
<ul style="list-style-type: none">• Bandejas e travessas de matérias diversos (vidro, porcelana, madeira, etc.) para dispor os alimentos à mesa	
<ul style="list-style-type: none">• Tampos de mesa e respectivas bases	
<ul style="list-style-type: none">• Toalhas e cobre manchas	
1. PESSOAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none">• Pessoal de apoio para arrumar as mesas, dispor e repor os itens.	O necessário
Condições: Conforme item 2.3 deste Termo de Referência	

ITEM 03 - COQUETEL

Tipo de evento:

- Cerimônias de Posse de Membros da Corte
- Encontro de Corregedores
- Solenidade de outorga de medalha do mérito eleitoral

Especificação do CARDÁPIO:

Quantidade MÍNIMA
p/participante



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>1.</p> <p>Cinco tipos distintos de doce, em cada evento</p> <p>As opções abaixo poderão, em algumas ocasiões, ser substituídas por itens de valor similar, a critério do contratante, com anuência da contratada.</p>	
<ul style="list-style-type: none">• Tacinha de leite condensado com damasco• Cuscuz de tapioca com coco queimado• Olho de sogra• Caramelado de damasco• Camafeu de nozes• Mini tortinhas recheadas com cupuaçu e castanha do Pará• Brigadeiros: Cupuaçu com suspiro, churros, brulée, limão siciliano, nozes, coco ralado com damasco, amêndoas, de banana com chips de banana, leite ninho	04 unidades por participante
<ul style="list-style-type: none">• Mini Pavlova, com cobertura de frutas vermelhas	01 unidade por participante
<p>1. Mini Porções</p> <p>Ao menos três tipos distintos de mini porções, em cada evento.</p> <p>As opções abaixo poderão, em algumas ocasiões, ser substituídas por itens de valor similar, a critério do contratante, com anuência da contratada.</p>	
<ul style="list-style-type: none">• Escondidinho de sabores diversos como: carne de sol, camarão ou de bacalhau• Salada de bacalhau• Casquinha de caranguejo• Cuscuz marroquino• Mini Penne ao pesto com tomate	Uma mini porção de cada tipo, por participante



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>seco, azeitonas pretas alcaparras e lascas de parmesão</p> <ul style="list-style-type: none">• Arroz de pato• Tortinha de bacalhau ou camarão, com catupiry	
<p>1. Canapés finos na massa folhada - 04 (quatro) unidades por participante</p>	
<ul style="list-style-type: none">• Vou - lo- van com creme de sabores diversos, kaní com manga, canapés com azeitona preta, canapés com morango, canapés caprésio, carolinas, tarteletes, barquete de bacalhau, etc.	
<p>1. Sucos - Ao menos dois sabores em cada evento - 300 ml por participante</p>	
<ul style="list-style-type: none">• Abacaxi com hortelã, cupuaçu com morango, cajá, maracujá com maçã e gengibre, etc.	
<p>1. Água Mineral</p>	
<ul style="list-style-type: none">• Água mineral com gás	100 ml por participante
<ul style="list-style-type: none">• Água Aromatizada - Água mineral com gás aromatizada com frutas (uva, morango e kiwi), ervas e especiarias.	100 ml por participante
<p>1. MATERIAL DE APOIO:</p>	
<ul style="list-style-type: none">• Copos e taças de vidro para água, refrigerante e os coquetéis• Vasilhinhas de porcelana para servir os escondidinhos e as mini porções• Bandejas, travessas e doceiras duplas em vidro, porcelana, madeira, fibras naturais, etc., em formatos e alturas diversas, para disposição dos alimentos na mesa	O necessário



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<ul style="list-style-type: none">• Baldes/bacias de inox ou vidro para dispor bebidas no gelo• Jarras de vidro• Pratinhos de porcelana branca• Talheres e utensílios de servir em ações inox e madeira• Material descartável (guardanapos, copos, etc.)• Tampos de mesa e respectivas bases• Toalhas e cobre manchas	
1. PESSOAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none">• Pessoal de apoio para montagem, organização e reposição dos itens dispostos nas mesas	O necessário
Condições: Conforme item 2.3 deste Termo de Referência	

ITEM 4 - LANCHE LIGHT– SEM GLUTEN E SEM LACTOSE

Tipo de Evento: Treinamentos e outros eventos institucionais	
1.	Quantidade Estimada
<ul style="list-style-type: none">• Bolo de chocolate	2 kg
<ul style="list-style-type: none">• Bolo de limão	2 kg
<ul style="list-style-type: none">• Bolo de maçã, nozes e especiarias	2 kg
<ul style="list-style-type: none">• Bolo integral de banana com nozes e especiarias	2 kg
<ul style="list-style-type: none">• Bolo de fubá com goiabada derretida	3 Kg
<ul style="list-style-type: none">•	2 Kg

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

• Mini Pavlova light	2 kg
• Docinhos light	3 kg
1.	
• Nhoque de batata doce à bolonhesa	3 Kg
• Torta de palmito	2 Kg
• Pão gelado de frango ou atum	3 Kg
• Empadão de camarão	2 Kg
• Saladas mix de folhas com tomate cereja, atum, abacaxi, champignons, lascas de parmesão	2 kg
Total	30 Kg

ITEM 5 - PETIT FOUR DOCE	
Tipo de Evento: Seminários e outros eventos institucionais	
Tipo	Quantidade Estimada
• Biscoito de polvilho (doce ou azedo)	7 Kg
• Biscoito de nata com cobertura de geleia de cupuaçu ou goiabada	9 Kg
• Biscoito de nata com Castanha do Brasil (Pará)	7 Kg
• Biscoito amanteigado	7 kg
TOTAL	30 Kg

ITEM 06 - GARÇONS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tipo de Evento: Coquetéis, a critério da contratada	Quantidade Estimada
Especificação: Disponibilização de garçom para atender serviço de Coquetel, quando solicitado pela contratada.	18 diárias

ANEXO III

**DECLARAÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA PRÓPRIA DE COZINHA
COMPATÍVEL COM O CUMPRIMENTO DO OBJETO DA
CONTRATAÇÃO**

Em cumprimento à exigência contida no Termo de Referência, a contratada, CNPJ n.

....., **DECLARA** expressamente que possui estrutura física própria de cozinha compatível com o cumprimento do objeto do certame e atende todos os quesitos listados no quadro abaixo:

Item	QUESITO	SIM	NÃO
11	A área de armazenamento e preparo dos alimentos é limpa e organizada, livre de focos de insalubridade, ausência de lixo, objetos em desuso, animais, insetos, roedores, possuindo a acesso direto e independente, não comum a outros usos (habitação).		
22	Na área de armazenamento e preparo dos alimentos a parede, o piso e o teto possuem revestimento liso, impermeável e lavável e estão conservados, sem rachaduras, goteiras, infiltrações, mofo e descascamentos.		
23	A área de armazenamento e preparo dos alimentos		



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	possui aberturas externas (janelas e sistema de exaustão, inclusive) providas de telas milimetradas removíveis de proteção que impeçam a entrada e o abrigo de insetos e outros animais.		
44	A área de preparo dos alimentos possui separação de ambientes de cozinha quente, de cozinha fria, de açougue, de confeitaria, de higienização de utensílios e de guarda de produtos e bebidas.		
55	Os produtos utilizados no preparo dos alimentos estão devidamente armazenados		
66	Os equipamentos (fogões, fornos, liquidificadores, moedores, processadores, mixers, fatiadores, batedeiras, descascadores, cilindros, modeladoras e outros) e os utensílios (talheres, cutelos, garfos especiais, caldeirões, panelas de pressão especiais, grills, ferveedores, caçarolas, passadores de arroz, molheiras, omeleteiras, diversas formas e assadeiras, tigelas, torteiras, tábuas, suportes, secadores de saladas, pegadores e outros) estão em bom estado de conservação e limpos.		
77	A área de preparo dos alimentos possui lixeiras com tampa e pedal.		
88	A área de armazenamento e preparo dos alimentos possui lavatórios exclusivos para a higiene das mãos, com posições estratégicas em relação ao fluxo de preparo dos alimentos e com número suficiente de modo a atender toda a área de preparação.		
99	Há produtos de limpeza guardados junto com os alimentos.		
110	A área de armazenamento e preparo dos alimentos comunica-se diretamente com os banheiros e vestiários.		
111	A área de armazenamento e preparo dos alimentos possui portas dotadas de fechamento automático.		
112	As pessoas envolvidas no preparo do alimento estão sem barba, brincos, pulseiras, anéis, aliança, colares, relógio e maquiagem e com unhas curtas e sem esmalte e com os cabelos presos e cobertos com redes ou toucas e com uniforme devidamente		



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	limpo.		
13	Há vasilhames adequados para o armazenamento dos alimentos preparados e que serão transportados.		
14	O veículo utilizado no transporte tem cobertura para proteção dos vasilhames e, principalmente, está limpo.		



Documento assinado eletronicamente por **MARILENE PEREIRA CENI, Analista Judiciário**, em 20/10/2022, às 14:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0923798** e o código CRC **15E13C62**.

0002270-66.2022.6.22.8000

0923798v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002270-66.2022.6.22.8000

INTERESSADO: COMISSÃO DE CERIMONIAL

ASSUNTO: Definição da modalidade de licitação e análise do Termo de Referência – Contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação e locação de mobiliário para atender demandas de eventos institucionais - Análise.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DESPACHO Nº 1331 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Comissão de Cerimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, visando a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação e locação de mobiliário para atender demandas de eventos institucionais a serem promovidos por este Tribunal, durante o período de novembro de 2022 a novembro/2023 ([0874023](#)).

Para instruir os autos, carreu-se a solicitação de contratação ([0874024](#)); a informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0909739](#)); o estudo técnico preliminar para pregão eletrônico ([0906832](#)); e o termo de referência ([0914483](#)) e seus anexos, contendo detalhada identificação do objeto, justificativa, planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade ambiental, estimativa de preços, critérios de aceitação do objeto, obrigações das partes, pagamento, sanções administrativas e gestão e fiscalização do contrato.

A contratação foi estimada no valor de R\$ 185.452,50 (cento e oitenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), nos termos do item 6 do TR ([0914483](#)).

A COFC realizou a programação orçamentária do valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ([0911162](#)). Por outro lado, considerando se tratar de contratação com previsão de execução orçamentária no exercício vindouro, registrou não ser possível a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro, dos valores a serem executados em 2023, ressaltando que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2023 tramita no processo n. [0000150-50.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto dessa contratação ([0911168](#)).

Após as diligências cabíveis ([0913241](#)), a SAC concluiu que o TR encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações dispostas no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002; no art. 3º, inciso XI, do Decreto n. 10.024/2019; no art. 3º, inciso XXIII, da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008; e, ainda, da Instrução Normativa SEGES/ME n. 05/2017 ([0915125](#)).

Instada, a AJSAOFC opinou pela possibilidade de aprovação do TR; pela possibilidade da contratação pretendida, por meio da modalidade licitatória pregão, na sua forma eletrônica, menor preço por lote, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, com fundamento art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Decreto n. 10.024/19; pela possibilidade de adoção do modo de disputa por lances abertos, com intervalo mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) entre os lances, conforme indicado pela unidade demandante no item 8.1.2 do TR; pela aplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's apenas para o lote 02; pela aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental registrados no item 5 do TR; e pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação ([0916347](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação do ETP e do TR; pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado; pela autorização de licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, tipo "menor preço" por lote e modo de disputa por lances abertos, com intervalo mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) entre os lances; pela inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's ao lote 01, sendo possível sua aplicação ao lote 02; pela aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade, consoante item 5 do TR; pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação ([0917734](#)).

Cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 8.666/93, ainda vigente, tendo em vista que a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021 - tem em seu artigo 191 c/c 193 a permissão para a utilização da lei geral de licitações anterior até o decurso do prazo de 02 (dois) anos, contados da data de sua publicação, momento este - 1º/04/2023.

Em razão do valor estimado da contratação extrapolar a situação de dispensa legal e, por se tratar de bens definidos como "comuns" pela unidade demandante, de modo que os padrões de qualidade poderão ser objetivamente definidos no edital do certame (inciso II do art. 3º do Decreto n. 10.024/19), tem-se como imperiosa a adoção da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, em cumprimento ao art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e ao § 1º do art. 21 do Decreto n. 10.024/2019.

Além disso, o futuro edital de licitação deverá estabelecer como tipo de licitação o de menor preço por lote, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada, o qual deverá ser por preço UNITÁRIO e não global, como indicado no item 8.1 do TR em análise, consoante entendimento inserto no item 25 do Parecer Jurídico n. 205 da AJSAOFC ([0916347](#)), acolhido pelo Secretário da SAOFC ([0917734](#)).

Verifica-se que pela análise das informações extraídas da informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação, evento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

n. [0909739](#), que a unidade laborou dentro dos limites traçados pela Instrução Normativa SG/ME n. 73, de 5/8/2020.

Com relação à sustentabilidade, o TR registra a exigência de cumprimento de critérios de sustentabilidade ambiental, em cumprimento à legislação aplicável, detalhada no Capítulo 5 do TR, dentro da realidade específica do objeto pretendido.

No que tange ao tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte, verifica-se que não será aplicada a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte para o lote 01, considerando que a soma do valor dos itens estimados para a contratação pretendida excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Já para o lote 2, será aplicada a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, inciso I, da LC n. 123/2006 e pelo art. 9º, inciso I, do Decreto n. 8.538/2015.

Ante o exposto e os documentos carreados aos autos, com base nas atribuições conferidas pela Portaria n. 66/2018:

1 - aprovo o ETP ([0906832](#)) e o Termo de Referência n. 2 ([0914483](#)), porquanto possuem os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19;

2 - aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. [0909739](#), em cumprimento ao item 44 da Resolução CNJ n. 215/2015 e no Acórdão TCU n. 2.622/2015 – Plenário;

3 – autorizo a licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, tipo "menor preço" por lote, com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/02 e no art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19;

4 - determino a utilização da disputa por lances abertos, com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances, na forma do parágrafo único do art. 31 c/c o art. 32 do Decreto n. 10.024/2019;

5 – determino a aplicação do regime de exclusividade às ME/EPP's somente para o LOTE 2 da contratação, na forma prevista pelo art. 48, inciso I, da LC n. 123/2016;

6 - determino a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, consoante registrado no item 5 do TR, com observância da orientação contida no item 29 do Parecer Jurídico n. 205 da AJSAOFC ([0916347](#)); e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7 - determino a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa, nos termos do [art. 15 do Decreto n. 10.024/2019](#).

À SAOFC para continuidade do feito, com vistas à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 13/10/2022, às 18:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0917863** e o código CRC **6C9438E4**.

0002270-66.2022.6.22.8000

0917863v28



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002270-66.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: Comissão de Cerimonial do TRE-RO.

ASSUNTO: Minuta de edital de Pregão Eletrônico - Minuta de Contrato - Contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação e locação de mobiliário para atender demandas de eventos institucionais - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 223 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Presidente da Comissão de Cerimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação e locação de mobiliário para atender demandas de eventos institucionais ([0874023](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

02. O pleito foi objeto de análise preambular desta Assessoria por meio do Parecer Jurídico n. 205/2022 ([0916347](#)), oportunidade na qual opinou-se, entre outros aspectos, possibilidade da contratação pretendida, por meio da modalidade licitatória pregão, na sua forma eletrônica, menor preço por lote, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, com fundamento art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19, com ampla concorrência para lote o 1 e aplicação do regime de exclusividade na participação de ME/EPP's para o lote 2, com fundamento nas regras definidas pela LC 123/2006 e pelo Decreto Federal, n. 8.538/2015 e **restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação**, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto n. 10.024/2019.

03. Pela Manifestação n. 518/2022 ([0917734](#)), o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade anuiu à autorização da contratação e pelo Despacho n. 1331/2022 ([0917863](#)), da lavra da senhora Diretora-Geral deste TRE-RO, foram aprovados o ETP e o TR 02/2022 e autorizada a licitação nos moldes sugeridos pela AJSAOFC, determinando-se, entre outros comandos, a aplicação de critérios de sustentabilidade, com observância das orientações desta Assessoria Jurídica sobre o tema, e a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação, nos termos do art. 15 do Decreto n. 10.024/2019.

04. Dando continuidade ao procedimento, pelo Despacho n. 2858/2022 ([0919189](#)), o Secretário da SAOFC encaminhou os autos à ASLIC e à SECONT para continuidade.

05. A partir do referido despacho, verificam-se as seguintes diligências dessas unidades:

I - SECONT: Registra que, em contato com a unidade gestora, foi confirmado que o item 7 da Cláusula Segunda da minuta (correspondente ao item 2.3.9 do TR) quanto aos descartáveis, serão aprovados, previamente, **pelo Contratante** e o outro local para entrega dos produtos será designado **pelo Contratante**. E, ainda, no item 11.1, "a", do TR - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: o correto é "Atraso injustificado do **prazo de 48 (quarenta e oito)** horas de antecedência ..." ([0920753](#));

II - ASLIC: solicitações à unidade demandante ([0923147](#)):

a) constatou que o item 2.2.1 do TR prevê a quantia de 80 unidade de refrigerantes sem especificar, contudo, qual é essa unidade (lata de 300ml, jarra, copo, litro, etc). Sugeriu definir a unidade de refrigerante que será exigida na execução contratual;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) constatou que o item 8.3.1 do TR apresenta justificativa para utilização de percentual igual a 100% do público máximo que será atendido em um único evento como parâmetro de apresentação e julgamento de atestado de capacidade técnica. Contudo, os quantitativos exigidos para os itens 1 (lanche simples) e 3 (coquetel) superam esse percentual. Sugeriu adequar os itens ao percentual de 100% do público máximo do evento.

c) necessidade de ajustes na numeração dos subitens do item 8.3 e a renumeração da "habilitação" para 8.4 e subitens. Sugeriu o ajuste.

06. Em atendimento à referida solicitação da ASLIC, juntou-se o novo **TR n. 4/2022-CERIMONIAL** ([0923798](#)), contendo os ajustes indicados. Não houve ajuste em relação às acertos promovidos pela SECPONT.

07. Redigida a minuta do **Edital do Pregão Eletrônico n. XXX/2022** e seus anexos ([0923936](#)), bem como a **minuta do contrato** ([0920686](#)), a ASLIC enviou o processo a esta Assessoria Jurídica para análise ([0923937](#)). **É o necessário relato.**

II - DA ANÁLISE JURÍDICA

08. Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

09. Também de forma vestibular, deve-se destacar que as alterações promovidas no TR pela unidade demandante, em cumprimento às diligências do atento pregoeiro deste Tribunal, não descaracterizam o documento original aprovado pela autoridade administrativa, haja vista que executadas para complementar a correta e objetiva descrição do objeto, corrigir erro material nos quantitativos mínimos de serviços que deverão ser comprovados pelas licitantes em sede de habilitação técnica e renumerar de forma adequada dispositivos do TR. Nessa linha, não há reparos a tais procedimentos, os quais, por suas características, são ineficazes para desencadear uma eventual nova análise e necessária deliberação da autoridade.

10. Observa-se que a minuta do edital juntada ao processo contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Ademais, verificam-se satisfeitos os requisitos da Lei n. 8.666/93, notadamente seu



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

art. 40, e da Lei n. 10.520/02, esta última regulamentada pelo Decreto Federal n. 10.024/2019.

09. Destaca-se:

a) as informações acerca da aquisição do edital, esclarecimentos e impugnações (capítulo 2);

b) a especificação do objeto pretendido e a informação acerca da dotação orçamentária para a contratação (capítulo 3);

c) as condições para participação da licitação (capítulo 4),), nas quais ficou registrada a ampla concorrência para lote o 1 e aplicação do regime de exclusividade na participação de ME/EPP's **para o lote 2**, com fundamento nas regras definidas pela LC 123/2006 e pelo Decreto Federal, n. 8.538/2015;

d) a previsão de apresentação de proposta e seus anexos obrigatórios (5.2.2), composto pelo modelo de proposta, contemplando o preço unitário e total de cada item, o preço total do lote e o valor global da proposta e, ainda, a declaração de estrutura física, a ser elaborada e apresentada nos moldes do ANEXO III, com prazo mínimo de validade da proposta de 90 dias (item 5.7);

e) o intervalo mínimo de 0,5 (meio por cento) para o lance, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta (item 7.2) e a adoção do modo de disputa aberto, no qual a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos, de acordo com o item 7.6 do edital;

f) a necessária comprovação de habilitação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista e apresentação das declarações legais (itens 9.1 a 9.6 do edital).

10. Assinala-se que na elaboração do instrumento, especificamente no item 10.3, registrou-se o prazo razoável de 02 (duas) horas, a partir da solicitação pelo Pregoeiro, para o envio de toda e qualquer documentação referente à habilitação jurídica e regularidade fiscal, nos termos do art. 38, § 2º do Decreto n. 10.024/2019. Além disso, constatou-se que o pregoeiro cuidou para que os preços estimados não fossem divulgados, recomendação contida no art. 15 do Decreto n. 10.024/2019, devidamente autorizada pela Diretora Geral do TRE/RO (item 16.10 da minuta do edital).

11. Constata-se que a minuta do edital é complementada pelos anexos Modelo de Proposta (I); – Detalhamento (cardápio - II ; Declaração de estrutura física (III); Termo de Referência (IV); e, Minuta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do contrato (VI). Nesse sentido, todos os elementos parecem estar disciplinados de forma regular. Não obstante, sugere-se ao Pregoeiro a revisão do texto do instrumento convocatório, antes de sua publicação, com intuito de corrigir possíveis erros redacionais no seu texto e na sua estrutura.

12. Verifica-se, ainda, que a minuta do futuro contrato que regulará a relação das partes na execução dos serviços, juntada ao processo no evento [0920686](#) - e reproduzida no Anexo IV do edital - sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Destaca-se ainda que os ajustes noticiados pela SECONT no evento [0920753](#), são bem-vindos e se prestam à correção de erros materiais do TR que, caso persistissem no contrato, poderiam gerar indesejadas equivocações na aplicação de suas regras.

III - DA CONCLUSÃO

13. Pelo exposto e para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da **minuta do Contrato ([0920686](#)) e do Edital e seus Anexos ([0923936](#))**, estando os instrumentos aptos para desencadear a fase externa do certame competitivo



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assessor Jurídico, em 20/10/2022, às 18:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0924028** e o código CRC **84BE0C04**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002270-66.2022.6.22.8000

INTERESSADO: CERIMONIAL

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação e locação de mobiliário para atender demandas de eventos institucionais.

PARECER JURÍDICO Nº 256 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Presidente da Comissão de Cerimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação e locação de mobiliário para atender demandas de eventos institucionais ([0874023](#)).

02. Após regular instrução e aprovação do certame licitatório pela autoridade administrativa ([0917863](#)), a minuta do contrato ([0920686](#)) e de edital de pregão eletrônico ([0923936](#)) foram objetos de análise e aprovação desta Assessoria no Parecer Jurídico n. 223/2022 ([0924028](#)) para cumprimento da exigência contida no parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

03. Assim, publicou-se o Edital de Pregão Eletrônico n. 44/2022 ([0925994](#)) nos meios de divulgação oficial no dia 25/10/2022, consoante documentos comprobatórios de divulgação ([0926000](#)). Não houve pedidos de esclarecimentos ou impugnações ao edital.

04. Para instrução do feito, veio ao processo os seguintes documentos extraídos do PE em análise:

a) relatórios de propostas do sistema COMPARASNET para os 2 lotes do certame ([0935485](#));

b) documentos de proposta da licitante F F AZZI PARANHOS COMERCIAL EIRELI – ME, CNPJ n. 02.134.947/0001-10 ([0935489](#) e [0935819](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) manifestação da unidade demandante ([0937540](#)) acerca da aceitação da proposta citada;

d) Documentos habilitatórios da referida licitantes, respectivamente juntados nos eventos [0935899](#), [0938636](#), [0938990](#), [0939556](#);

e) manifestações da unidade demandante acerca dos documentos habilitatórios citados ([0937540](#), [0938699](#), [0938838](#), [0938991](#) e [0939642](#));

f) Ata do Pregão Eletrônico ([0939739](#));

g) Resultado por fornecedor ([0939741](#));

h) Termo de adjudicação ([0939743](#));

i) Comprovantes do envio do resultado do certame para publicação ([0939950](#)).

05. Por fim, o Pregoeiro relata as principais ocorrências do certame em seu Relatório n. 28/2022 ([0939958](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pela SLC a esta unidade jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([0940203](#)). **É o relatório.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA DO PE N. 44/2022

2.1 Dos atos do certame

06. Desencadeadas a fase externa da competição, nota-se o cumprimento da exigência contida no art. 25 do Decreto Federal n. 10.024/2019, dando-se as devidas divulgações dos avisos de licitação ([0926000](#)), com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis das publicações até o recebimento das propostas. Nas publicações dos avisos constam a definição precisa, suficiente e clara do objeto; a indicação dos locais, das datas e dos horários em que poderá ser lido ou obtido o edital e o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização, requisitos listados pelo art. 3º do mesmo Decreto.

07. Passa-se às análises dos atos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Pedido de esclarecimentos e impugnações ao edital:

Não houve;

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: De acordo com o relatório do Pregoeiro, nesta fase não houve desclassificação de propostas.

c) Lances: Os melhores lances para o item estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0935485](#)) e todos os lances de cada item na ata do pregão ([0939739](#)). Não houve recusa de lances.

d) Aceitação/negociação: Todas as ocorrências foram registradas no quadro constante do item 5.3 do Relatório elaborado pelo Pregoeiro, complementado pelos demais documentos que constam do processo, do qual se destaca **proposta** da F F AZZI PARANHOS COMERCIAL EIRELI – ME, para os lotes 1 e 2, que, após ajuste da proposta inicial, foi considerada formalmente regulares e atendeu as especificações definidas pelo edital para os objetos, conforme manifestação expressa da unidade demandante ([0938699](#)), sendo correta a aceitação pelo Pregoeiro.

e) Cancelados na aceitação: Não houve.

f) Fase de Habilitação: A licitante mencionada no item anterior atendeu aos requisitos editalícios de habilitação com a apresentação dos documentos exigidos, embora tenha sido necessário para tanto a realização de diligência para juntada de documentos complementares, sendo declarada pelo Pregoeiro.

g) Do Recurso: Não houve.

08. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei n. 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

09. Cabe registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0939739](#)).

10. Evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei n. 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitatório, o que o torna legítimo e apto para produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO

11. Pelo exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0939743](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei n. 10.520/02, nos moldes já especificados.

12. Verifica-se que, após a homologação no sistema, o **processo deverá retornar à ASLIC para juntada dos comprovantes** da divulgação do resultado do certame, já enviado para publicação ([0939950](#)).

13. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 17/11/2022, às 16:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 17/11/2022, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0940645** e o código CRC **0EFC540F**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0002270-66.2022.6.22.8000

0940645v8



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002270-66.2022.6.22.8000

INTERESSADO: CERIMONIAL

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 44/2022 - Contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação e locação de mobiliário para atender demandas de eventos institucionais.

DESPACHO Nº 1476 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Presidente da Comissão de Cerimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação e locação de mobiliário para atender demandas de eventos institucionais ([0874023](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico nº 44/2022 ([0925994](#)).

Não houve pedido de esclarecimento, nem impugnação ao edital.

O Pregoeiro trouxe aos autos relatório de propostas ([0935485](#)), a Ata do Certame ([0939739](#)), termo de adjudicação ([0939743](#)) e o comprovante de publicação do resultado no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral ([0940890](#)). Por fim juntou o Relatório nº 28/2022 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([0939958](#)), expondo as principais ocorrências do certame. Em seguida, encaminhou os autos à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise ([0940203](#)).

Mediante Parecer Jurídico n. 256/2022 ([0940645](#)), a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0939743](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

No dia e horário agendados, o Pregoeiro iniciou a operação da Sessão Pública deste Pregão Eletrônico. Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitada a licitante F F AZZI PARANHOS COMERCIAL EIRELI – ME CNPJ n. 02.134.947/0001-10, pois atendeu os requisitos de habilitação com a apresentação dos documentos necessários ([0935899](#)).

Não houve registro de intenção de recurso.

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Observa-se que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0939739](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria TRE-RO n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO n. 44/2022**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0939743](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à ASLIC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 25/11/2022, às 18:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0941505** e o código CRC **742FF944**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos